

| | | | |
|--|-----------|--|----|
| DIREITO CONSTITUCIONAL..... | 47 | | |
| <i>Eduardo dos Santos</i> | | | |
| + QUESTÕES | 47 | | |
| 1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DO DIREITO CONSTITUCIONAL. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. A CONSTITUIÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO. ANTECEDENTES. NEOCONSTITUCIONALISMO. ESTADO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO. PODER CONSTITUINTE E MUDANÇA (REFORMA E MUTAÇÃO) CONSTITUCIONAL. EMENDAS À CONSTITUIÇÃO | 47 | | |
| 2. ESTRUTURA, CONTEÚDO E FUNÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES. O PREÂMBULO DAS CONSTITUIÇÕES E SUA FORÇA JURÍDICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988..... DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERMANENTES E TRANSITÓRIAS | 48 | | |
| 3. TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO VIGENTE. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS A NORMA CONSTITUCIONAL NO “TEMPO”. RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A ORDEM JURÍDICA ANTERIOR. APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO ESPAÇO: AS RELAÇÕES COM O DIREITO ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL..... | 49 | | |
| 4. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA “CONCORDÂNCIA PRÁTICA” OU DA “HARMONIZAÇÃO”. A CHAMADA “PONDERAÇÃO” NO CAMPO DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE COMO PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA FORÇA | | | |
| NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO. DIVISÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES..... | | | 49 |
| 5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. FUNÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E A SOBERANIA POPULAR. O PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO. O PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO E SEUS SUBPRINCÍPIOS. O PRINCÍPIO REPUBLICANO. O PRINCÍPIO FEDERATIVO. O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE | | | 51 |
| 6. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DISTINÇÕES E APROXIMAÇÕES. CLÁUSULA DE ABERTURA (EXPANSIVIDADE) DO CATÁLOGO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. TITULARIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. A DUPLA DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. LIMITES E RESTRIÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS..... | | | 51 |
| 7. ACESSO À JUSTIÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ISONOMIA. PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS PROCESSOS CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO E RESTRIÇÕES À PROVA. PROVA ILÍCITA E ILEGÍTIMA. CONTAMINAÇÃO DE VÍCIOS. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E DE DADOS. PROVA EMPRESTADA. APROVEITAMENTO DA PROVA ILÍCITA E PROPORCIONALIDADE. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, PRISÃO EM FLAGRANTE, TEMPORÁRIA E PREVENTIVA. FLAGRANTE ESPERADO, PREPARADO E DIFERIDO. LIBERDADE PROVISÓRIA. MEDIDAS CAUTELARES..... | | | 59 |

| | | | |
|---|----|--|-----|
| 8. DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS. O "PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO". A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL. DIREITO À SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAIS. DIREITO À ALIMENTAÇÃO, MORADIA, EDUCAÇÃO E LAZER. O DIREITO AO TRABALHO. O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E EQUILIBRADO. O DIREITO À PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, DA MATERNIDADE E DO IDOSO. O DIREITO À CULTURA E AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL. O DIREITO À PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS, DAS PESSOAS NEGRAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA..... | 60 | GIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS, TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E JUÍZES DO TRABALHO, TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS E JUÍZES ELEITORAIS, TRIBUNAIS E JUÍZES MILITARES, TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E JUÍZES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. JUIZADOS ESPECIAIS. GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MAGISTRADOS. O ESTATUTO DA MAGISTRATURA. ESTRUTURA E FORMAÇÃO DOS TRIBUNAIS. QUINTO CONSTITUCIONAL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFENSORIA PÚBLICA. ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA.... | 89 |
| 9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS. O ESTADO FEDERAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA ESTRUTURAÇÃO (UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS). FEDERALISMO. INTERVENÇÃO FEDERAL. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (MATERIAIS) DOS ENTES FEDERATIVOS. ASPECTOS GERAIS, COMPETÊNCIAS COMUNS E EXCLUSIVAS (INDELEGÁVEIS). COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, COMUNS, CONCORRENTES E SUPLEMENTARES. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS PRIVATIVAS DA UNIÃO E SUA DELEGAÇÃO | 67 | 13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO. FORÇAS ARMADAS. SEGURANÇA PÚBLICA..... | 98 |
| 10. PODER LEGISLATIVO. CONGRESSO NACIONAL: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS. CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO FEDERAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA DAS LEIS. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: NATUREZA E ATRIBUIÇÕES. CLÁUSULAS PÉTREAS. NATUREZA. ESPÉCIES..... | 76 | 14. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO E DA ORDEM ECONÔMICA. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. TRIBUTOS EM ESPÉCIE: NOÇÕES GERAIS. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO, EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA. ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS. REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS | 99 |
| 11. PODER EXECUTIVO. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES. MINISTROS DE ESTADO. CONSELHO DA REPÚBLICA E DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIOS GERAIS. MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. PODER REGULAMENTAR. AGÊNCIAS REGULADORAS..... | 83 | 15. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE (FORMAS E TIPOS). CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE: AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO, ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONTROLE DIFUSO E INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE. EFEITOS DAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE CONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS. TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS DIREITOS ESTADUAL E MUNICIPAL..... | 99 |
| 12. PODER JUDICIÁRIO. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. TRIBUNAIS RE- | | + DICAS | 108 |
| | | 1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DO DIREITO CONSTITUCIONAL. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. A CONSTITUIÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO. ANTECEDENTES. NEOCONSTITU- | |

| | | | |
|--|-----|--|-----|
| CIONALISMO. ESTADO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO. PODER CONSTITUINTE E MUDANÇA (REFORMA E MUTAÇÃO) CONSTITUCIONAL. EMENDAS À CONSTITUIÇÃO | 108 | TERIOR. APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO ESPAÇO: AS RELAÇÕES COM O DIREITO ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL | 116 |
| 1.1. CONSTITUIÇÃO..... | 108 | 5.1. NORMAS CONSTITUCIONAIS..... | 116 |
| 1.2. ORIGENS..... | 108 | 5.1.1. A CONCEPÇÃO DA NORMA JURÍDICA DE RONALD DWORKIN..... | 117 |
| 1.3. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES ... | 108 | 5.1.2. A CONCEPÇÃO DA NORMA JURÍDICA DE ROBERT ALEXY | 117 |
| 2. CONSTITUCIONALISMO..... | 109 | 5.1.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS..... | 118 |
| 2.1. CONSTITUCIONALISMO ANTIGO | 109 | 6. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS | 118 |
| 2.2. CONSTITUCIONALISMO MEDIEVAL | 110 | 6.1. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA PLENA..... | 118 |
| 2.3. CONSTITUCIONALISMO MODERNO | 110 | 6.2. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA CONTIDA..... | 118 |
| 2.4. NEOCONSTITUCIONALISMO OU CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO..... | 110 | 6.3. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA LIMITADA | 118 |
| 3. PODER CONSTITUINTE | 111 | 6.4. NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA EXAURIDA..... | 119 |
| 3.1. ESPÉCIES..... | 111 | 7. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL | 119 |
| 3.2. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO..... | 111 | 7.1. RECEPÇÃO | 119 |
| 3.3. PODER CONSTITUINTE REFORMADOR..... | 111 | 7.2. REPRISTINAÇÃO | 120 |
| 3.3.1. LIMITES EXPRESSOS AO PODER CONSTITUINTE REFORMADOR..... | 112 | 5.3.3. DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO..... | 120 |
| 3.3.2. LIMITES IMPLÍCITOS AO PODER CONSTITUINTE REFORMADOR..... | 112 | 7.4. RECEPÇÃO MATERIAL DE NORMAS CONSTITUCIONAIS..... | 120 |
| 3.3.3. NORMAS CONSTITUCIONAIS INCONSTITUCIONAIS? | 113 | 7.5. CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE | 120 |
| 3.4. PODER CONSTITUINTE REVISOR | 113 | 8. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA “CONCORDÂNCIA PRÁTICA” OU DA “HARMONIZAÇÃO”. A CHAMADA “PONDERAÇÃO” NO CAMPO DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE COMO PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO. O PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO. DIVISÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES..... | 121 |
| 3.5. PODER CONSTITUINTE DECORRENTE.... | 113 | 8.1. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO..... | 121 |
| 3.6. PODER CONSTITUINTE DIFUSO E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL | 114 | 8.2. O PRINCÍPIO DA “CONCORDÂNCIA PRÁTICA” OU DA “HARMONIZAÇÃO”..... | 121 |
| 4. ESTRUTURA, CONTEÚDO E FUNÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES. O PREÂMBULO DAS CONSTITUIÇÕES E SUA FORÇA JURÍDICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988..... DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERMANENTES E TRANSITÓRIAS | 114 | | |
| 4.1. CONTEÚDO DAS CONSTITUIÇÕES..... | 114 | | |
| 4.2. FUNÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES..... | 115 | | |
| 4.3. ESTRUTURA DAS CONSTITUIÇÕES..... | 115 | | |
| 4.3.1. PREÂMBULO | 115 | | |
| 4.3.2. PARTE DOGMÁTICA | 116 | | |
| 4.3.3. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS..... | 116 | | |
| 5. TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO VIGENTE. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS A NORMA CONSTITUCIONAL NO “TEMPO”. RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A ORDEM JURÍDICA AN- | | | |

| | | | |
|---|-----|---|-----|
| 8.3. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE COMO PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL..... | 121 | 10.3. O § 3º DO ART. 5º E A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS..... | 129 |
| 8.4. O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO..... | 122 | 10.4. APLICABILIDADE IMEDIATA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 129 |
| 8.5. O PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO..... | 122 | 10.5. EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 129 |
| 8.6. O PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO..... | 122 | 10.6. TITULARES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 129 |
| 8.7. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO..... | 122 | 10.6.1. A PESSOA HUMANA COMO TITULAR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 129 |
| 8.8. DIVISÃO E SEPARAÇÃO DE PODERES..... | 122 | 10.6.2. DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PESSOAS JURÍDICAS?..... | 130 |
| 9. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. FUNÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E A SOBERANIA POPULAR. O PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO. O PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO E SEUS SUBPRINCÍPIOS. O PRINCÍPIO REPUBLICANO. O PRINCÍPIO FEDERATIVO. O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE..... | 123 | 10.6.3. DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO (DO ESTADO)?..... | 130 |
| 9.1. FUNÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS..... | 123 | 10.6.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ANIMAIS?..... | 130 |
| 9.1.1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS..... | 123 | 11. RESTRIÇÕES (OU LIMITAÇÕES) AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 131 |
| 9.2. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... | 124 | 11.1. FORMAS DE RESTRIÇÃO (OU LIMITAÇÃO)..... | 131 |
| 9.3. PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO..... | 125 | 11.2. LIMITES DOS LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 131 |
| 9.4. PRINCÍPIO DA SOBERANIA POPULAR..... | 127 | 12. DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS..... | 132 |
| 9.5. PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO..... | 127 | 12.1. VIDA..... | 132 |
| 9.6. PRINCÍPIO REPUBLICANO..... | 127 | 12.2. INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA E VEDAÇÃO A TORTURA E AO TRATAMENTO DESUMANO..... | 132 |
| 9.7. PRINCÍPIO FEDERATIVO..... | 128 | 12.3. LIBERDADES..... | 132 |
| 10. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DISTINÇÕES E APROXIMAÇÕES. CLÁUSULA DE ABERTURA (EXPANSIVIDADE) DO CATÁLOGO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. TITULARIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. A DUPLA DIMENSÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. LIMITES E RESTRIÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS..... | 128 | 12.4. IGUALDADE..... | 134 |
| 10.1. DELIMITAÇÃO CONCEITUAL..... | 128 | 12.5. PRIVACIDADE..... | 135 |
| 10.2. CLÁUSULA DE ABERTURA E DIREITOS FUNDAMENTAIS ATÍPICOS..... | 129 | 12.6. PROPRIEDADE..... | 136 |
| | | 12.7. SEGURANÇA..... | 137 |
| | | 13. DIREITOS DE NACIONALIDADE..... | 137 |
| | | 13.1. ESPÉCIES DE NACIONALIDADE..... | 138 |
| | | 13.2. CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE PRIMÁRIA..... | 138 |
| | | 13.3. CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE SECUNDÁRIA..... | 138 |
| | | 13.4. BRASILEIRO NATO..... | 138 |
| | | 13.5. PORTUGUÊS EQUIPARADO (QUASE NACIONAL)..... | 139 |
| | | 13.6. DISTINÇÕES ENTRE BRASILEIROS NATO E NATURALIZADO..... | 139 |
| | | 13.7. PERDA DA NACIONALIDADE..... | 139 |
| | | 14. DIREITOS POLÍTICOS..... | 139 |
| | | 14.1. DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS..... | 139 |

| | | | | | |
|---------|---|-----|--|---|-----|
| 14.1.1. | DIREITO DE SUFRÁGIO | 140 | BRADO. O DIREITO À PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, DA MATERNIDADE E DO IDOSO. O DIREITO À CULTURA E AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL. O DIREITO À PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS, DAS PESSOAS NEGRAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA..... | 147 | |
| 14.1.2. | OVOTO: É UM DIREITO FUNDAMENTAL INDIVIDUAL E, AO MESMO TEMPO, UM DEVER FUNDAMENTAL AUTÔNOMO E EXPRESSO PARA OS MAIORES DE 18 ANOS E MENORES DE 70 ANOS..... | 140 | 17.1. | DIREITOS SOCIAIS E ORDEM SOCIAL..... | 147 |
| 14.1.3. | ALISTABILIDADE..... | 140 | 17.2. | MÍNIMO EXISTENCIAL..... | 148 |
| 14.1.4. | ELEGIBILIDADE | 140 | 17.3. | A RESERVA DO POSSÍVEL..... | 148 |
| 14.1.5. | PLEBISCITO E REFERENDO..... | 140 | 17.4. | PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL..... | 148 |
| 14.2. | DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS | 140 | 17.5. | DIREITOS SOCIAIS EM ESPÉCIE | 148 |
| 14.2.1. | INELEGIBILIDADES | 141 | 17.6. | ORDEM SOCIAL | 148 |
| 14.2.2. | PERDA DOS DIREITOS POLÍTICOS | 142 | 18. | ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS. O ESTADO FEDERAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA ESTRUTURAÇÃO (UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS). FEDERALISMO. INTERVENÇÃO FEDERAL. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (MATERIAIS) DOS ENTES FEDERATIVOS. ASPECTOS GERAIS, COMPETÊNCIAS COMUNS E EXCLUSIVAS (INDELEGÁVEIS). COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, COMUNS, CONCORRENTES E SUPLEMENTARES. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS PRIVATIVAS DA UNIÃO E SUA DELEGAÇÃO | 151 |
| 14.2.3. | SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS | 142 | 18.1. | ORGANIZAÇÃO DO ESTADO | 151 |
| 14.3. | AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO..... | 142 | 18.2. | FORMA DE ESTADO..... | 151 |
| 14.4. | PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE OU DA ANUALIDADE ELEITORAL..... | 142 | 18.3. | ESPÉCIES DE FEDERALISMO..... | 152 |
| 14.5. | PARTIDOS POLÍTICOS..... | 142 | 18.4. | O FEDERALISMO BRASILEIRO..... | 152 |
| 15. | REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS..... | 143 | 18.5. | FORMAÇÃO DE NOVOS ESTADOS E NOVOS MUNICÍPIOS..... | 153 |
| 15.1. | HABEAS CORPUS | 143 | 18.6. | BENS | 153 |
| 15.2. | HABEAS DATA | 144 | 18.7. | VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS AOS ENTES FEDERADOS..... | 154 |
| 15.3. | MANDADO DE SEGURANÇA | 144 | 18.8. | REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS | 154 |
| 15.4. | MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO | 145 | 18.9. | INTERVENÇÃO..... | 155 |
| 15.5. | MANDADO DE INJUNÇÃO | 145 | 18.9.1. | ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO | 155 |
| 15.6. | AÇÃO POPULAR | 146 | 18.9.2. | INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS..... | 155 |
| 16. | ACESSO À JUSTIÇA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ISONOMIA. PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS PROCESSOS CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO E RESTRIÇÕES À PROVA. PROVA ILÍCITA E ILEGÍTIMA. CONTAMINAÇÃO DE VÍCIOS. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E DE DADOS. PROVA EMPRESTADA. APROVEITAMENTO DA PROVA ILÍCITA E PROPORCIONALIDADE. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, PRISÃO EM FLAGRANTE, TEMPORÁRIA E PREVENTIVA. FLAGRANTE ESPERADO, PREPARADO E DIFERIDO. LIBERDADE PROVISÓRIAS. MEDIDAS CAUTELARES | 147 | 18.9.3. | PROCESSOS FORMAIS PARA A DECRETAÇÃO DA INTERVENÇÃO | 156 |
| 17. | DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS. O "PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO". A GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL. DIREITO À SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAIS. DIREITO À ALIMENTAÇÃO, MORADIA, EDUCAÇÃO E LAZER. O DIREITO AO TRABALHO. O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E EQUILI- | | 18.9.4. | DECRETAÇÃO DA INTERVENÇÃO E CONTROLE | 156 |
| | | | 18.9.5. | INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS..... | 157 |

| | | | |
|--|-----|---|-----|
| 19. PODER LEGISLATIVO. CONGRESSO NACIONAL: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS. CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO FEDERAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA DAS LEIS. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: NATUREZA E ATRIBUIÇÕES. CLÁUSULAS PÉTREAS. NATUREZA. ESPÉCIES..... | 158 | 19.17.8. PROCESSO LEGISLATIVO DOS DECRETOS LEGISLATIVOS | 168 |
| 19.1. PODER LEGISLATIVO | 158 | 19.17.9. PROCESSO LEGISLATIVO DAS RESOLUÇÕES..... | 168 |
| 19.2. COMPOSIÇÃO DAS CASAS LEGISLATIVAS..... | 159 | 20. PODER EXECUTIVO. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA: ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES. MINISTROS DE ESTADO. CONSELHO DA REPÚBLICA E DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIOS GERAIS. MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. PODER REGULAMENTAR. AGÊNCIAS REGULADORAS..... | 169 |
| 19.3. FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO..... | 159 | 20.1. PODER EXECUTIVO | 169 |
| 19.4. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO..... | 159 | 20.2. PRESIDENCIALISMO | 169 |
| 19.5. IMUNIDADE MATERIAL..... | 160 | 20.3. PRESIDENTE DA REPÚBLICA | 169 |
| 19.6. IMUNIDADE FORMAL EM RELAÇÃO À PRISÃO | 160 | 20.4. CONSELHOS DA REPÚBLICA E DA DEFESA | 170 |
| 19.7. IMUNIDADE FORMAL EM RELAÇÃO AO PROCESSO..... | 160 | 20.5. GOVERNADORES DE ESTADO E DO DF.. | 170 |
| 19.8. IMUNIDADE TESTEMUNHAL | 160 | 20.6. PREFEITOS MUNICIPAIS..... | 170 |
| 19.9. IMUNIDADES DOS DEMAIS MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO | 160 | 20.7. IMUNIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA | 170 |
| 19.10.FORO POR PRERROGATIVA | 161 | 20.8. IMUNIDADES DOS GOVERNADORES E PREFEITOS | 171 |
| 19.11.INCOMPATIBILIDADES | 161 | 20.9. CRIMES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA | 171 |
| 19.12.PERDA DE MANDATO..... | 161 | 20.10.CRIMES DOS GOVERNADORES E DOS PREFEITOS..... | 171 |
| 19.13.FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA..... | 162 | 20.11.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS GERAIS..... | 172 |
| 19.14.TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO | 162 | 21. PODER JUDICIÁRIO. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS, TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E JUÍZES DO TRABALHO, TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS E JUÍZES ELEITORAIS, TRIBUNAIS E JUÍZES MILITARES, TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E JUÍZES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. JUIZADOS ESPECIAIS. GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MAGISTRADOS. O ESTATUTO DA MAGISTRATURA. ESTRUTURA E FORMAÇÃO DOS TRIBUNAIS. QUINTO CONSTITUCIONAL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFENSORIA PÚBLICA. ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA.... | 172 |
| 19.15.TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E DO DF | 162 | | |
| 19.16.FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS..... | 163 | | |
| 19.17.PROCESSO LEGISLATIVO | 163 | | |
| 19.17.1. CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO..... | 163 | | |
| 19.17.2. FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO..... | 163 | | |
| 19.17.3. PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO (LEIS ORDINÁRIAS)..... | 163 | | |
| 19.17.4. PROCESSO LEGISLATIVO SUMÁRIO: REGIME CONSTITUCIONAL DE URGÊNCIA..... | 165 | | |
| 19.17.5. PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS COMPLEMENTARES... | 165 | | |
| 19.17.6. PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS DELEGADAS..... | 166 | | |
| 19.17.7. PROCESSO LEGISLATIVO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS.... | 166 | | |

| | | | |
|--|-----|--|------------|
| 21.1. PODER JUDICIÁRIO..... | 172 | DIFUSO E INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE. EFEITOS DAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE CONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS. TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS DIREITOS ESTADUAL E MUNICIPAL | 179 |
| 21.2. QUINTO CONSTITUCIONAL | 172 | 24.1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... | 179 |
| 21.3. GARANTIAS DO PODER JUDICIÁRIO..... | 173 | 24.2. PRESSUPOSTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... | 179 |
| 21.4. VEDAÇÕES AOS MAGISTRADOS..... | 173 | 24.3. ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE..... | 180 |
| 21.5. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA..... | 173 | 24.4. CLASSIFICAÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... | 181 |
| 21.6. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 173 | 24.5. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE | 182 |
| 21.7. SÚMULA VINCULANTE | 174 | 24.6. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE..... | 183 |
| 21.8. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA..... | 174 | 24.7. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE | 184 |
| 21.9. JUSTIÇA DO TRABALHO..... | 174 | 24.8. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO..... | 184 |
| 21.10.JUSTIÇA ELEITORAL..... | 174 | 24.9. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL..... | 185 |
| 21.11.JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO | 175 | 24.10.CONTROLE ESTADUAL DE CONSTITUCIONALIDADE | 185 |
| 21.12.JUSTIÇA FEDERAL..... | 175 | 24.11.TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE | 186 |
| 21.13.JUSTIÇA ESTADUAL..... | 175 | 24.11.1. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO..... | 186 |
| 21.14.JUIZADOS ESPECIAIS | 176 | 24.11.2. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL SEM REDUÇÃO DE TEXTO | 186 |
| 21.15.MINISTÉRIO PÚBLICO..... | 176 | 24.11.3. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SEM PRONÚNCIA DE NULIDADE..... | 186 |
| 21.16.ADVOCACIA..... | 176 | 24.11.4. DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI “AINDA” CONSTITUCIONAL (INCONSTITUCIONALIDADE DE PROGRESSIVA) | 186 |
| 21.17.ADVOCACIA PÚBLICA..... | 176 | 24.11.5. SENTENÇAS INTERMEDIÁRIAS. | 186 |
| 21.18.DEFENSORIA PÚBLICA..... | 176 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 186 |
| 22. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO. FORÇAS ARMADAS. SEGURANÇA PÚBLICA..... | 177 | | |
| 22.1. ESTADO DE DEFESA..... | 177 | | |
| 22.2. ESTADO DE SÍTIO..... | 177 | | |
| 22.3. FORÇAS ARMADAS | 178 | | |
| 22.3.1. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO | 178 | | |
| 22.4. SEGURANÇA PÚBLICA | 179 | | |
| 22.4.1. ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA | 179 | | |
| 23. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO E DA ORDEM ECONÔMICA. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. TRIBUTOS EM ESPÉCIE: NOÇÕES GERAIS. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO, EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA. ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS. REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS | 179 | | |
| 24. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE (FORMAS E TIPOS). CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE: AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO, ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONTROLE | | | |
| | | PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL..... | 187 |
| | | <i>Júlio César Craveiro Devechi</i> | |
| | | + QUESTÕES | 187 |
| | | 1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL..... | 187 |

| | | | |
|--|------------|--|------------|
| 2. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL EM MATÉRIA PENAL..... | 190 | 1. CONSTITUCIONALIDADE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO..... | 223 |
| 3. PROVAS NO PROCESSO PENAL..... | 191 | 2. CONTROLE JUDICIAL DA INVESTIGAÇÃO..... | 224 |
| 4. LEI DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS (LEI Nº 9.296/1996)..... | 198 | V. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS À COMPETÊNCIA CRIMINAL | 226 |
| 5. PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS..... | 198 | 1. ASPECTOS CONCEITUAIS | 226 |
| ✦ DICAS | 205 | 2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA..... | 227 |
| Inezil Penna Marinho Junior | | 3. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PESSOA (FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO)..... | 227 |
| I. PRINCÍPIOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL | 205 | 3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS..... | 227 |
| 1. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA..... | 205 | 3.2. SENTIDO E ALCANCE DO FORO POR PRERROGATIVA NA VISÃO DO STF | 228 |
| 2. DEVIDO PROCESSO LEGAL | 207 | 3.3. O NOVO ENTENDIMENTO DO STF EM 2024 | 230 |
| 3. CONTRADITÓRIO | 207 | 3.4. CRIMES PRATICADOS POR INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO RELACIONADOS COM A FUNÇÃO | 230 |
| 4. AMPLA DEFESA | 208 | 3.5. PRORROGAÇÃO DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO EM CASO DE SUCESSÃO DE MANDATOS | 231 |
| 5. PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO (NEMO TENETUR SE DETEGERE)..... | 208 | 3.6. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO PREVISTO FORA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL..... | 232 |
| 6. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NA FASE INVESTIGATÓRIA..... | 209 | 3.7. FORO POR PRERROGATIVA PARA AUTORIDADES MUNICIPAIS | 233 |
| 7. APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 14 DO STF..... | 211 | 3.8. COAUTORIA COM PESSOAS SEM FORO POR PRERROGATIVA..... | 234 |
| 8. DIREITO À REVELAÇÃO (RIGHT TO DISCLOSURE)/ “REGRAS DE BRADY” (BRADY RULES)... | 212 | 3.9. PRERROGATIVA NÃO EXTENSÍVEL A AÇÕES POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... | 234 |
| 9. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL..... | 213 | 4. COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA MILITAR..... | 234 |
| 10. PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL | 213 | 4.1. JUSTIÇA MILITAR DOS ESTADOS E JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO: A JUSTIÇA MILITAR SE SUBDIVIDE EM JUSTIÇA MILITAR DOS ESTADOS E DA UNIÃO. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ASSIM DEFINE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR..... | 234 |
| 11. PRINCÍPIO DO DEFENSOR NATURAL | 213 | 4.2. CRIMES MILITARES PRÓPRIOS E IMPRÓPRIOS | 235 |
| 12. SOBERANIA DOS VEREDICTOS..... | 214 | 4.3. AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE CRIME MILITAR PELA LEI Nº 13.491/2017..... | 236 |
| II. SISTEMA ACUSATÓRIO E SISTEMA INQUISITÓRIO..... | 215 | 4.4. “CRIME MILITAR” NÃO É SINÔNIMO DE CRIME PRATICADO “POR MILITAR”.... | 237 |
| 1. ASPECTOS CONCEITUAIS | 215 | 4.5. CRIMES PRATICADOS POR MILITARES EM “OPERAÇÕES GLO”..... | 238 |
| 2. DESDOBRAMENTOS PRÁTICOS DO SISTEMA ACUSATÓRIO NA JURISPRUDÊNCIA..... | 216 | 4.6. CRIMES MILITARES PRATICADOS POR MILITARES INATIVOS OU CIVIS..... | 238 |
| 2.1. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA..... | 216 | | |
| 2.2. PEDIDO ABSOLUTÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS A INSTRUÇÃO PROCESSUAL E SENTENÇA CONDENATÓRIA..... | 217 | | |
| 2.3. AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AUDIÊNCIA E INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS PELO JUIZ..... | 217 | | |
| 2.4. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO | 219 | | |
| 2.5. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA DE OFÍCIO | 219 | | |
| III. JUIZ DAS GARANTIAS | 220 | | |
| IV. PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO..... | 223 | | |

| | | | |
|--|------------|--|-----|
| 4.7. HOMICÍDIOS PRATICADOS POR MILITARES CONTRA CIVIS..... | 240 | 1. SISTEMAS DE APRECIÇÃO DA PROVA | 253 |
| 4.8. APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.491/2017 NO TEMPO | 241 | 1.1. CERTEZA JUDICIAL OU ÍNTIMA CONVICÇÃO | 253 |
| 5. COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL | 241 | 1.2. SISTEMA DA CERTEZA LEGISLATIVA OU PROVA TARIFADA | 253 |
| 5.1. COMPETÊNCIA PARA JULGAR CRIMES ELEITORAIS | 241 | 1.3. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO OU PERSUAÇÃO RACIONAL | 254 |
| 5.2. COMPETÊNCIA PARA JULGAR CRIMES CONEXOS AOS ELEITORAIS | 242 | 2. ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL | 255 |
| 5.3. CONEXÃO ENTRE CRIMES ELEITORAIS E FEDERAIS | 242 | 3. INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ | 256 |
| 6. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL | 244 | 4. PROVAS E INDÍCIOS | 257 |
| 6.1. MATÉRIAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL | 244 | 4.1. PROVA DIRETA, PROVA INDIRETA E INDÍCIOS | 257 |
| 6.2. COMPETÊNCIA CÍVEL E CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL | 245 | 4.2. EXAME DE CORPO DE DELITO DIRETO E INDIRETO | 257 |
| 6.3. BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES FEDERAIS (ART. 109, IV, CF) | 245 | 4.3. TESTEMUNHO INDIRETO OU DE OUVIR DIZER (HEARSAY TESTIMONY) | 259 |
| 6.4. CRIMES TRANSNACIONAIS PREVISTOS EM TRATADO OU CONVENÇÃO (ART. 109, V, CF) | 246 | 5. CADEIA DE CUSTÓDIA | 259 |
| 6.5. CRIMES PRATICADOS PELA INTERNET E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL | 246 | 6. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS URGENTES (ART. 366 DO CPP) | 260 |
| 6.6. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA (ART. 109, V-A, CF) | 247 | 7. PROVAS ILEGAIS | 262 |
| 6.7. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, SISTEMA FINANCEIRO E ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 109, VI, CF) | 248 | 7.1. PROVAS ILÍCITAS E PROVAS ILEGÍTIMAS | 262 |
| 6.7.1. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO | 248 | 7.2. REGRA DE EXCLUSÃO DAS PROVAS ILÍCITAS | 263 |
| 6.7.2. CRIMES ENVOLVENDO O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA | 249 | 7.3. DESCONTAMINAÇÃO DO JULGADO | 263 |
| 6.8. CRIMES COMETIDOS A BORDO DE NAVIOS OU AERONAVES (ART. 109, IX, CF) | 250 | 7.4. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DAS PROVAS ILEGÍTIMAS | 264 |
| 6.8.1. PREVISÃO CONSTITUCIONAL ... | 250 | 7.5. "NULIDADE DE ALGIBEIRA" | 264 |
| 6.8.2. APENAS CRIMES, NÃO CONTRAVENÇÕES | 250 | 7.6. A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS | 264 |
| 6.8.3. AERONAVES | 250 | 7.7. A PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO (TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA) | 265 |
| 6.8.4. NAVIOS | 251 | 7.8. LIMITES À EXCLUSÃO DA PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO | 265 |
| 6.9. INGRESSO OU PERMANÊNCIA IRREGULAR DE ESTRANGEIRO EXPULSO (ART. 109, X, CF) | 251 | 7.8.1. TEORIA DA FONTE INDEPENDENTE (INDEPENDENT SOURCE DOCTRINE) | 265 |
| 6.10. CRIMES ENVOLVENDO DISPUTA DE DIREITOS INDÍGENAS (ART. 109, XI, CF) | 252 | 7.8.2. LIMITAÇÃO DA MANCHA PURGADA (PURGED TAINT) | 266 |
| VI. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS ÀS PROVAS NO PROCESSO PENAL | 253 | 7.8.3. EXCEÇÃO DA BOA-FÉ | 266 |
| | | 7.8.4. LIMITAÇÃO DA RENÚNCIA DO INTERESSADO | 267 |
| | | 8. PROVA EMPRESTADA | 269 |
| | | 9. ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS | 270 |
| | | 10. PROVAS E RESERVA DE JURISDIÇÃO | 272 |
| | | 10.1. DADOS TELEFÔNICOS, INFORMAÇÕES CADASTRAIS E COMUNICAÇÕES PRIVADAS ARMAZENADAS EM DISPOSITIVOS INFORMÁTICOS | 272 |

| | | | |
|--|------------|---|------------|
| 10.2. ACESSO AO CONTEÚDO DE COMUNICAÇÕES EM DISPOSITIVOS INFORMÁTICOS | 274 | 1.4. FLAGRANTE EM CRIME PERMANENTE... | 289 |
| 10.3. DESNECESSIDADE DOS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A OBTENÇÃO DE DADOS ARMAZENADOS NO EXTERIOR | 276 | 1.5. BUSCA PESSOAL E VEICULAR | 291 |
| 10.4. GEOLOCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO EM TEMPO REAL (GEOFENCING)..... | 277 | 1.6. ATUAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS ... | 293 |
| 10.4.1. GEOLOCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO A DELITO JÁ PRATICADO..... | 277 | 1.7. FLAGRANTE ESPERADO, POSTERGADO, PREPARADO E FORJADO | 293 |
| 10.4.2. ACOMPANHAMENTO EM TEMPO REAL E LOCALIZAÇÃO DE SUSPEITOS DE DELITO EM CURSO (ART. 13-B DO CPP) | 278 | 2. PRISÃO PREVENTIVA | 296 |
| 10.5. SIGILO FINANCEIRO E FISCAL..... | 279 | 2.1. EXCEPCIONALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA..... | 296 |
| 10.6. COMPARTILHAMENTO DE DADOS SIGILOSOS ENTRE A RECEITA FEDERAL, O COAF E OS ÓRGÃOS DE PERSECUÇÃO PENAL | 280 | 2.2. LEGITIMIDADE E IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO..... | 296 |
| 11. PRINCIPAIS ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS ENVOLVENDO INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS (LEI Nº 9.296/1996) | 283 | 2.3. PRESSUPOSTOS CAUTELARES PARA A DECRETAÇÃO DA MEDIDA..... | 297 |
| 11.1. ASPECTOS CONCEITUAIS | 283 | 2.4. CONTEMPORANEIDADE DO <i>PERICULUM LIBERTATIS</i> | 297 |
| 11.2. REQUISITOS PARA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA..... | 283 | 2.5. REQUISITOS OBJETIVOS PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA..... | 298 |
| 11.3. JUÍZO COMPETENTE PARA O DEFERIMENTO DA MEDIDA E JUÍZO APARENTE | 283 | 2.6. REVISÃO NONAGESIMAL DA PRISÃO PREVENTIVA | 298 |
| 11.4. DEFERIMENTO E PRORROGAÇÃO | 284 | 3. PRISÃO TEMPORÁRIA..... | 299 |
| 11.5. FUNDAMENTAÇÃO PER <i>RELATIONEM</i> ... | 285 | 4. LIBERDADE PROVISÓRIA | 300 |
| 12. CAPTAÇÃO AMBIENTAL | 285 | 4.1. ASPECTOS CONCEITUAIS | 300 |
| 12.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 285 | 4.2. LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA .. | 300 |
| 12.2. CAPTAÇÃO EM LOCAL PÚBLICO OU ABERTO AO PÚBLICO | 285 | 4.3. LIBERDADE PROVISÓRIA SEM FIANÇA | 301 |
| 12.3. CAPTAÇÃO EM LOCAL PRIVADO | 286 | 4.4. AUTORIDADE COMPETENTE..... | 302 |
| 12.4. PRAZO DA CAPTAÇÃO..... | 286 | 4.5. CRIMES INAFIANÇÁVEIS E VEDAÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA..... | 302 |
| 12.5. GRAVAÇÃO REALIZADA PELO PRÓPRIO INTERLOCUTOR | 286 | 5. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO..... | 303 |
| 12.6. GRAVAÇÃO DE CONVERSAS NO ÂMBITO ELEITORAL | 287 | 5.1. ALTERNATIVAS MENOS GRAVOSAS À PRISÃO PREVENTIVA | 303 |
| VII. PRISÕES..... | 287 | 5.2. NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO | 303 |
| 1. PRISÃO EM FLAGRANTE..... | 287 | 5.3. IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO..... | 304 |
| 1.1. FLAGRANTE FACULTATIVO E OBRIGATÓRIO..... | 287 | 5.4. PROVISORIEDADE..... | 304 |
| 1.2. POSSIBILIDADE DE APREENSÃO DE OBJETOS..... | 288 | 5.5. CUMULATIVIDADE E DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS..... | 304 |
| 1.3. ESPÉCIES DE FLAGRANTE..... | 288 | 5.6. CONTRADITÓRIO PRÉVIO | 305 |
| | | 5.7. CAUTELARES EM ESPÉCIE | 305 |
| | | DIREITO TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL | 307 |
| | | Charles Giacomini | |
| | | + QUESTÕES | 307 |
| | | 1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL | 307 |
| | | 2. REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS | 313 |
| | | + DICAS | 315 |
| | | 1. PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO..... | 315 |
| | | 2. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL | 321 |

| | | | |
|---|------------|---|-----|
| 3. TRIBUTOS EM ESPÉCIE – NOÇÕES GERAIS | 322 | 10. AGENTES PÚBLICOS | 450 |
| 4. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO, EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA..... | 325 | 11. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO | 459 |
| 5. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR | 328 | 12. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NAS RELAÇÕES ADMINISTRATIVAS | 463 |
| 6. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, ISENÇÃO E NÃO INCIDÊNCIA | 331 | Rafael Martins Costa Moreira | |
| 7. REPARTIÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS | 333 | 13. REGULAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL..... | 465 |
| DIREITO ADMINISTRATIVO | 337 | 13.1. CONCEITO E IDENTIFICAÇÃO. O MODELO DE ESTADO-REGULADOR..... | 465 |
| Júlio César Souza dos Santos | | 13.2. AS AGÊNCIAS REGULADORAS: CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS..... | 466 |
| + QUESTÕES | 337 | 13.3. A COMPETÊNCIA NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS | 467 |
| 1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E INOVAÇÕES NA LINDB..... | 337 | 13.4. A LEI DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS (LEI FEDERAL N. 13.848/2019) | 467 |
| 2. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... | 339 | 13.4.1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS..... | 467 |
| 3. ATOS ADMINISTRATIVOS..... | 344 | 13.4.2. PROCESSO DECISÓRIO..... | 468 |
| 4. REGULAMENTO ADMINISTRATIVO..... | 344 | 13.4.3. PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTROLE SOCIAL | 468 |
| 5. PROCESSO ADMINISTRATIVO..... | 345 | 13.4.4. OUVIDORIA | 469 |
| 6. LICITAÇÕES..... | 348 | 13.4.5. ARTICULAÇÕES E INTERAÇÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS..... | 469 |
| 7. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 357 | 13.4.6. CONTROLE JUDICIAL DAS DECISÕES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS..... | 471 |
| 8. PODER DE POLÍCIA | 359 | 14. CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA..... | 471 |
| 9. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE..... | 361 | 14.1. CONCEITUAÇÃO E ESPÉCIES | 471 |
| 10. SERVIÇO PÚBLICO | 368 | 14.2. CONTROLE INTERNO E SUAS CARACTERÍSTICAS | 471 |
| 11. AGENTES PÚBLICOS | 370 | 14.3. CONTROLE EXTERNO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. A DISCIPLINA DOS ARTS. 70 E 71 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS DO TRIBUNAL DE CONTAS. A NATUREZA DOS ATOS DE CONTROLE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS..... | 473 |
| 12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO | 382 | 14.4. CONTROLE EXTERNO PELO PODER JUDICIÁRIO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO E A SEPARAÇÃO DE PODERES. LIMITES DO CONTROLE JURISDICIONAL DE ATOS ADMINISTRATIVOS | 474 |
| 13. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NAS RELAÇÕES ADMINISTRATIVAS | 389 | 14.5. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS | 475 |
| Rafael Martins Costa Moreira | | 15. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA | 477 |
| 14. REGULAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL..... | 391 | 15.1. CONCEITUAÇÃO E HIPÓTESES LEGAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AS ALTERAÇÕES DA LEI N. 14.230/2021 QUANTO ÀS HIPÓTESES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... | 477 |
| 15. CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA..... | 392 | | |
| 16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... | 395 | | |
| 17. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... | 402 | | |
| + DICAS | 404 | | |
| Júlio César de Souza Santos | | | |
| 1. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... | 404 | | |
| 2. ATOS ADMINISTRATIVOS..... | 408 | | |
| 3. REGULAMENTO ADMINISTRATIVO..... | 414 | | |
| 4. PROCESSO ADMINISTRATIVO..... | 415 | | |
| 5. LICITAÇÕES..... | 419 | | |
| 6. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 426 | | |
| 7. PODER DE POLÍCIA | 433 | | |
| 8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE..... | 436 | | |
| 9. SERVIÇOS PÚBLICOS | 445 | | |

| | | | |
|---|------------|--|------------|
| 15.2. A AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA INTRODUZIDA PELA LEI N. 14.230/2021 | 480 | 2.2. TEORIA DO CONFLITO E OS MECANISMOS AUTOCOMPOSITIVOS. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO. PROCEDIMENTOS, POSTURAS, CONDUTAS E MECANISMOS PARA OBTER A SOLUÇÃO CONCILIADA..... | 496 |
| 15.3. A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RELATIVA À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRAZOS E REGIMES | 485 | 3. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL..... | 497 |
| 16. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... | 485 | 3.1. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRAS, INGRESSO, PROMOÇÕES, REMOÇÕES..... | 497 |
| 16.1. INTRODUÇÃO..... | 485 | 3.2. DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS..... | 500 |
| 16.2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES..... | 485 | 3.3. CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL E PRINCÍPIOS DE BANGALORE..... | 500 |
| 16.3. REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS | 486 | 3.4. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS | 501 |
| 16.4. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS..... | 486 | Paulo César Rodrigues | |
| 16.5. TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS | 487 | 4. FILOSOFIA DO DIREITO | 502 |
| 16.6. DIREITOS DO TITULAR | 487 | 4.1. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO. UTILITARISMO E KANTISMO. DIREITO E JUSTIÇA | 502 |
| 16.7. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO..... | 488 | 4.2. SISTEMA BRASILEIRO DOS PRECEDENTES | 502 |
| 16.8. FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS..... | 488 | 5. TEORIA GERAL DO DIREITO | 502 |
| 16.9. AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS | 489 | 5.1. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO | 504 |
| 16.10. CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS | 490 | Anderson Paiva e Fábio Porto | |
| 17. LIMITES DA INTERVENÇÃO ESTATAL NA LIBERDADE ECONÔMICA (LEI N. 13.874/2019)... | 490 | 6. DIREITO DIGITAL | 505 |
| 17.1. INTRODUÇÃO..... | 490 | 7. DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO | 512 |
| 17.2. DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 490 | + DICAS | 515 |
| 17.3. DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA | 491 | 1. SOCIOLOGIA DO DIREITO..... | 515 |
| 17.4. GARANTIAS DE LIVRE INICIATIVA..... | 492 | 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO PARA AS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA DO DIREITO E PSICOLOGIA JUDICIÁRIA (APLICÁVEL TAMBÉM PARA A FILOSOFIA DO DIREITO)..... | 515 |
| 17.5. ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO | 492 | 1.2. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DO DIREITO..... | 516 |
| NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E HUMANÍSTICA..... | 493 | 1.3. SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA. GESTÃO. GESTÃO DE PESSOAS..... | 520 |
| Charles Giacomini | | 1.4. RELAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES JURÍDICAS. CONTROLE SOCIAL. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL | 527 |
| + QUESTÕES | 493 | 1.5. DIREITO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E OPINIÃO PÚBLICA | 531 |
| 1. SOCIOLOGIA DO DIREITO..... | 493 | 1.6. CONFLITOS SOCIAIS E MECANISMOS DE RESOLUÇÃO. SISTEMAS | |
| 1.1. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE..... | 493 | | |
| 1.2. RELAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES JURÍDICAS. CONTROLE SOCIAL E O DIREITO. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E DIREITO | 495 | | |
| 2. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA | 496 | | |
| 2.1. PROBLEMAS ATUAIS DA PSICOLOGIA COM REFLEXOS NO DIREITO: ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL | 496 | | |

| | | | |
|--|-----|--|-----|
| NÃO JUDICIAIS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS..... | 534 | 4.5. OS MEDIEVAIS..... | 598 |
| 2. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA..... | 536 | 4.5.1. SANTO AGOSTINHO..... | 598 |
| 2.1. INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA JUDICIÁRIA..... | 536 | 4.5.2. SÃO TOMÁS DE AQUINO..... | 599 |
| 2.2. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO..... | 539 | 4.5.3. GUILHERME DE OCKHAM..... | 599 |
| 2.3. PROBLEMAS ATUAIS DA PSICOLOGIA COM REFLEXOS NO DIREITO: ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL.... | 546 | 4.6. A MODERNIDADE..... | 600 |
| 2.4. TEORIA DO CONFLITO E OS MECANISMOS AUTOCOMPOSITIVOS. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO. PROCEDIMENTOS, POSTURAS, CONDUTAS E MECANISMOS PARA OBTER A SOLUÇÃO CONCILIADA..... | 550 | 4.6.1. FRANCISCO DE VITÓRIA..... | 600 |
| 2.5. O PROCESSO PSICOLÓGICO E A OBTENÇÃO DA VERDADE JUDICIAL. O COMPORTAMENTO DE PARTES E TESTEMUNHAS..... | 552 | 4.6.2. HUGO GRÓCIO..... | 600 |
| 3. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL..... | 555 | 4.6.3. SAMUEL PUFENDORF..... | 600 |
| 3.1. INTRODUÇÃO AO ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL.... | 555 | 4.6.4. CHRISTIAN THOMASIVS..... | 601 |
| 3.2. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRAS, INGRESSO, PROMOÇÕES, REMOÇÕES..... | 556 | 4.6.5. O CONTRATO SOCIAL: HOBES, LOCKE E ROUSSEAU..... | 601 |
| 3.3. DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS..... | 563 | 4.6.6. MONTESQUIEU..... | 602 |
| 3.4. CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL, PRINCÍPIOS DE BANGALORE E CÓDIGO IBERO-AMERICANO DE ÉTICA JUDICIAL..... | 568 | 4.7. O SÉC. XVIII E AS REVOLUÇÕES LIBERAIS..... | 602 |
| 3.5. SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO: CORREGEDORIAS, OUVIDORIAS, CONSELHOS SUPERIORES E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA..... | 578 | 4.7.1. IMMANUEL KANT..... | 603 |
| 3.6. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS..... | 581 | 4.7.2. JEREMY BENTHAM..... | 604 |
| 3.7. ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO..... | 589 | 4.7.3. FRIEDRICH CARL VON SAVIGNY..... | 604 |
| Paulo César Rodrigues | | 4.7.4. RUDOLF VON IHERING..... | 604 |
| 4. FILOSOFIA DO DIREITO..... | 590 | 4.8. PÓS-MODERNIDADE..... | 604 |
| 4.1. INTRODUÇÃO..... | 590 | 4.8.1. HANS KELSEN E O POSITIVISMO JURÍDICO..... | 604 |
| 4.2. LINHA DO TEMPO..... | 593 | 4.8.2. HART..... | 606 |
| 4.3. JUSTIÇA E DIREITO..... | 596 | 4.8.3. PÓS-POSITIVISMO. NEOCONSTITUCIONALISMO..... | 606 |
| 4.4. ANTIGUIDADE..... | 596 | 4.9. PRINCIPAIS TEÓRICOS PÓS-POSITIVISTAS..... | 607 |
| 4.4.1. GREGOS E A JUSTIÇA..... | 596 | 4.9.1. GUSTAV RADBUCH..... | 607 |
| 4.4.2. O QUE É A JUSTIÇA? A JUSTIÇA PARA ARISTÓTELES..... | 597 | 4.9.2. ROBERT ALEXV..... | 607 |
| 4.4.3. OS ROMANOS..... | 597 | 4.9.3. RONALD DWORKIN..... | 608 |
| 4.5. OS MEDIEVAIS..... | 598 | 4.9.4. JOHN RAWLS..... | 609 |
| 4.5.1. SANTO AGOSTINHO..... | 598 | 4.9.5. JOHN HART ELY..... | 610 |
| 4.5.2. SÃO TOMÁS DE AQUINO..... | 599 | 4.9.6. OS ALEMÃES..... | 611 |
| 4.5.3. GUILHERME DE OCKHAM..... | 599 | 4.10. COTEJO ENTRE AS IDEIAS DOS PENSADORES PÓS-POSITIVISTAS E JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... | 611 |
| 4.6. A MODERNIDADE..... | 600 | 4.11. O <i>COMMON LAW</i> NORTE-AMERICANO: OS REALISTAS, PRAGMÁTICOS E CONSEQUENCIALISTAS..... | 614 |
| 4.6.1. FRANCISCO DE VITÓRIA..... | 600 | 5. TEORIA GERAL DO DIREITO..... | 615 |
| 4.6.2. HUGO GRÓCIO..... | 600 | 5.1. PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE O ESTADO E O DIREITO..... | 615 |
| 4.6.3. SAMUEL PUFENDORF..... | 600 | 5.2. CONSTITUCIONALISMO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO..... | 616 |
| 4.6.4. CHRISTIAN THOMASIVS..... | 601 | 5.3. ESTADO..... | 617 |
| 4.6.5. O CONTRATO SOCIAL: HOBES, LOCKE E ROUSSEAU..... | 601 | 5.4. DIREITO..... | 619 |
| 4.6.6. MONTESQUIEU..... | 602 | 5.5. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO.... | 619 |
| 4.7. O SÉC. XVIII E AS REVOLUÇÕES LIBERAIS..... | 602 | 5.6. DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO..... | 620 |
| 4.7.1. IMMANUEL KANT..... | 603 | | |
| 4.7.2. JEREMY BENTHAM..... | 604 | | |
| 4.7.3. FRIEDRICH CARL VON SAVIGNY..... | 604 | | |
| 4.7.4. RUDOLF VON IHERING..... | 604 | | |
| 4.8. PÓS-MODERNIDADE..... | 604 | | |
| 4.8.1. HANS KELSEN E O POSITIVISMO JURÍDICO..... | 604 | | |
| 4.8.2. HART..... | 606 | | |
| 4.8.3. PÓS-POSITIVISMO. NEOCONSTITUCIONALISMO..... | 606 | | |
| 4.9. PRINCIPAIS TEÓRICOS PÓS-POSITIVISTAS..... | 607 | | |
| 4.9.1. GUSTAV RADBUCH..... | 607 | | |
| 4.9.2. ROBERT ALEXV..... | 607 | | |
| 4.9.3. RONALD DWORKIN..... | 608 | | |
| 4.9.4. JOHN RAWLS..... | 609 | | |
| 4.9.5. JOHN HART ELY..... | 610 | | |
| 4.9.6. OS ALEMÃES..... | 611 | | |
| 4.10. COTEJO ENTRE AS IDEIAS DOS PENSADORES PÓS-POSITIVISTAS E JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... | 611 | | |
| 4.11. O <i>COMMON LAW</i> NORTE-AMERICANO: OS REALISTAS, PRAGMÁTICOS E CONSEQUENCIALISTAS..... | 614 | | |
| 5. TEORIA GERAL DO DIREITO..... | 615 | | |
| 5.1. PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE O ESTADO E O DIREITO..... | 615 | | |
| 5.2. CONSTITUCIONALISMO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO..... | 616 | | |
| 5.3. ESTADO..... | 617 | | |
| 5.4. DIREITO..... | 619 | | |
| 5.5. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO.... | 619 | | |
| 5.6. DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO..... | 620 | | |

| | | | |
|---|-----|---|-----|
| 5.7. DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO | 620 | TÁVEL E APLICAÇÃO PARA O PODER JUDICIÁRIO | 634 |
| 5.8. POSTULADO DA INTANGIBILIDADE..... | 621 | Anderson Paiva e Fábio Porto | |
| 5.9. DOGMÁTICA E ZETÉTICA..... | 621 | 7. DIREITO DIGITAL | 635 |
| 5.10. ORDENAMENTO JURÍDICO..... | 621 | 7.1. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO..... | 635 |
| 5.11. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS..... | 622 | 7.1.1. A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL..... | 637 |
| 5.12. PRINCIPAIS RAMOS DO DIREITO | 623 | 7.2. TECNOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO..... | 638 |
| 5.12.1. DIREITO CONSTITUCIONAL..... | 623 | 7.2.1. AUTOMAÇÃO DO PROCESSO... | 638 |
| 5.12.2. DIREITO CIVIL | 623 | 7.2.2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO..... | 639 |
| 5.12.3. DIREITO EMPRESARIAL..... | 623 | 7.2.3. AUDIÊNCIAS VIRTUAIS E CORTES REMOTAS..... | 644 |
| 5.12.4. DIREITO PENAL..... | 623 | 7.2.4. CIÊNCIA DE DADOS E JURIMETRIA..... | 644 |
| 5.12.5. DIREITO ADMINISTRATIVO | 623 | 7.2.5. MICROSSISTEMA DE JUSTIÇA DIGITAL: AS RESOLUÇÕES DO CNJ SOBRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO JUDICIÁRIO..... | 645 |
| 5.12.6. DIREITO TRIBUTÁRIO..... | 623 | 7.3. A PERSECUÇÃO PENAL E NOVAS TECNOLOGIAS..... | 647 |
| 5.12.7. DIREITO AMBIENTAL..... | 623 | 7.3.1. CRIMES VIRTUAIS E CIBERSEGURANÇA..... | 648 |
| 5.12.8. DIREITO INTERNACIONAL..... | 623 | 7.3.2. DEEPWEB E DARKWEB..... | 649 |
| 5.12.9. DIREITO DO TRABALHO | 623 | 7.3.3. CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO | 649 |
| 5.12.10. DIREITO PROCESSUAL | 623 | 7.3.4. PROVAS DIGITAIS..... | 650 |
| 5.13. FONTES DO DIREITO..... | 624 | 7.4. NOÇÕES GERAIS DE CONTRATOS INTELIGENTES, BLOCKCHAIN E ALGORITMOS..... | 652 |
| 5.14. O SISTEMA ROMANO-GERMÂNICO..... | 625 | 7.4.1. BLOCKCHAIN..... | 652 |
| 5.15. O SISTEMA DO <i>COMMON LAW</i> | 625 | 7.4.2. CONTRATOS INTELIGENTES | 653 |
| 5.16. SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES | 626 | 7.4.3. ALGORITMO..... | 654 |
| 5.17. DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 628 | 7.5. NOÇÕES GERAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET, LGPD E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... | 655 |
| 5.18. DIREITOS HUMANOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DA PERSONALIDADE | 628 | 7.5.1. O MARCO CIVIL DA INTERNET.. | 655 |
| 5.18.1. DIREITOS HUMANOS..... | 629 | 7.5.2. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS | 659 |
| 5.18.2. DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 629 | Inezil Penna Marinho Junior | |
| 5.18.3. DIREITOS DA PERSONALIDADE..... | 630 | 8. COGNIÇÃO DO JUIZ E TOMADA DE DECISÃO | 662 |
| 5.18.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS: ATRIBUTOS | 630 | 8.1. PRAGMATISMO: CONCEITOS ESSENCIAIS..... | 662 |
| 5.18.5. DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIMENSÕES | 630 | 8.2. DISPOSIÇÕES DA LINDB SOBRE O CONSEQUENCIALISMO NA TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL | 663 |
| 5.18.6. DIREITOS FUNDAMENTAIS: TITULARIDADE..... | 630 | 8.3. INTRODUÇÃO À ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO (AED) | 664 |
| 5.18.7. DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONSEQUÊNCIAS A PARTIR DO RECONHECIMENTO..... | 630 | | |
| Felipe de Freitas | | | |
| 6. RELAÇÕES ENTRE DIREITO ESTRANGEIRO E A ORDEM JURÍDICA INTERNA | 631 | | |
| 6.1. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM (ONU)..... | 631 | | |
| 6.2. CONTROLE JURISDICIONAL DE CONVENCIONALIDADE | 633 | | |
| 6.3. AGENDA 2030: DOS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTEN- | | | |

| | | | |
|---|------------|--|------------|
| 8.4. ECONOMIA COMPORTAMENTAL. HEURÍSTICA E VIESES COGNITIVOS..... | 666 | JUSTIÇA SOBRE DIREITOS E GARANTIAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS | 694 |
| 8.5. GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE NO BRASIL | 667 | + DICAS | 696 |
| Felipe de Freitas e Inezil Penna Marinho Jr. | | 1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS | 696 |
| 9. DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO..... | 668 | 2. DIREITOS HUMANOS NAS EMPRESAS..... | 700 |
| 9.1. LEGISLAÇÃO ANTIDISCRIMINAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL..... | 668 | 3. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS | 701 |
| 9.2. MODALIDADES DE DISCRIMINAÇÃO | 668 | 4. SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS..... | 703 |
| 9.3. CONCEITOS FUNDAMENTAIS | 669 | 5. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE. CONTROLE JUDICIAL DE CONVENCIONALIDADE (INTERNO E EXTERNO)..... | 708 |
| 9.4. PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO | 670 | 6. OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988..... | 708 |
| 9.5. AÇÕES AFIRMATIVAS..... | 671 | 7. OS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL | 709 |
| 9.6. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS... | 671 | 8. OS DIREITOS CONSAGRADOS NOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS DOS QUAIS O BRASIL FOR PARTE | 709 |
| 9.7. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 673 | 9. O PROCEDIMENTO DE INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA CONSTITUIÇÃO. HIERARQUIA DOS TRATADOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ORDEM JURÍDICA INTERNA BRASILEIRA. A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO BRASILEIRO | 713 |
| 9.8. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO À MULHER, AOS IDOSOS, E ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 674 | 10. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS. DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. CONVENÇÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS. CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE DIREITOS E GARANTIAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS..... | 714 |
| DIREITOS HUMANOS | 677 | DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... | 717 |
| Felipe de Freitas | | Yasmin Duarte | |
| + QUESTÕES | 677 | + QUESTÕES | 717 |
| 1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS | 677 | 1. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL (CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS). CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL. ACESSO À JUSTIÇA. FONTES DA NORMA PROCESSUAL (ATOS LEGISLATIVOS, COSTUME, PRECEDENTES, RESOLUÇÕES, NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS). NORMA PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO..... | 717 |
| 2. DIREITOS HUMANOS NAS EMPRESAS..... | 680 | | |
| 3. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS | 681 | | |
| 4. SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS..... | 684 | | |
| 5. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE | 690 | | |
| 6. OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988..... | 690 | | |
| 7. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS..... | 691 | | |
| 8. HIERARQUIA DOS TRATADOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ORDEM JURÍDICA INTERNA BRASILEIRA. CONTROLE JUDICIAL DE CONVENCIONALIDADE (INTERNO E EXTERNO)..... | 693 | | |
| 9. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS. DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. CONVENÇÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS. CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE | | | |

2. JURISDIÇÃO. CONCEITO. NATUREZA. CARACTERÍSTICAS. ESPÉCIES. DISTINÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS FUNÇÕES DO ESTADO. JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA. JURISDIÇÃO ESTATAL E ARBITRAL. PODERES E FUNÇÕES JURISDICIONAIS DO JUIZ E DO ÁRBITRO. IMPARCIALIDADE, IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO..... 718
3. COMPETÊNCIA. CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO. IDENTIFICAÇÃO DE FORO COMPETENTE. PERPETUATIO JURISDICTIONIS. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA POSITIVOS, NEGATIVOS E SOBRE A REUNIÃO OU SEPARAÇÃO DE PROCESSOS. TRANSFERÊNCIA E MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (CONEXÃO, CONTINÊNCIA, PREVENÇÃO). REUNIÃO DE PROCESSOS INDEPENDENTEMENTE DE CONEXÃO. COORDENAÇÃO DE COMPETÊNCIAS. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL: CONCEITO, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS. COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL. COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM OS ÁRBITROS. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL 719
4. AÇÃO E TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS. LEGITIMIDADE E INTERESSE PROCESSUAL. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E SEU CONTROLE PELO JUIZ. BOA-FÉ E COOPERAÇÃO PROCESSUAIS. ABUSO DO DIREITO DE LITIGAR. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ... 726
5. PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS DO PROCESSO. O JUIZ, SUA ATUAÇÃO E PODERES, IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO. PARTES E TERCEIROS NO PROCESSO CIVIL. MECANISMOS DE PROTEÇÃO AOS LITIGANTES VULNERÁVEIS. LITISCONSÓRCIO: CONCEITO, ESPÉCIES E REGIME. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E UNITÁRIO. MODALIDADES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS TÍPICAS E ATÍPICAS. ASSISTÊNCIA SIMPLES E LITISCONSORCIAL, DENUNCIÇÃO À LIDE, CHAMAMENTO AO PROCESSO. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. AMICUS CURIAE. MINISTÉRIO PÚBLICO, SUA ATUAÇÃO COMO PARTE E FISCAL DA ORDEM JURÍDICA. DEFENSORIA PÚBLICA. ADVOCACIA PÚBLICA E PRIVADA. DEVERES DAS PARTES, SEUS PROCURADORES E DEMAIS PARTÍCIPES DO PROCESSO; SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO DE PARTES E PROCURADORES. REPRESENTAÇÃO TÉCNICA..... 727
6. ATOS PROCESSUAIS: FORMA, TEMPO E LUGAR. PRAZOS. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS. INVALIDIDADES PROCESSUAIS. APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS DEFEITUOSOS. CONVENÇÃO DAS PARTES EM MATÉRIA PROCESSUAL (TÍPICAS E ATÍPICAS). LIMITES DO CONTROLE JUDICIAL À NEGOCIAÇÃO SOBRE O PROCESSO TECNOLOGIA E SISTEMA DE JUSTIÇA. PROCESSO ELETRÔNICO. JUÍZO 100% DIGITAL. AUDIÊNCIAS REMOTAS E HÍBRIDAS. RESOLUÇÕES DO CNJ SOBRE O EMPREGO DA TECNOLOGIA NO JUDICIÁRIO..... 733
7. PETIÇÃO INICIAL. REQUISITOS E CONTROLE DE ADMISSIBILIDADE. PEDIDO. PEDIDO (ALTERAÇÃO, ADITAMENTO E CUMULAÇÃO); PEDIDOS ALTERNATIVO, SUCESSIVO E SUBSIDIÁRIO. INTERPRETAÇÃO DOS ATOS POSTULATÓRIOS. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO. RESPOSTA DO RÉU (CONTESTAÇÃO, RECONVENÇÃO, EXCEÇÕES). PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO. EFICIÊNCIA PROCESSUAL. GESTÃO DO PROCEDIMENTO PELO JUIZ..... 735
8. FASE INSTRUTÓRIA: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. PROVAS: OBJETO, FONTE E MEIOS. PROVAS ATÍPICAS E CONVENCIONADAS. NORMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROBATÓRIO. PROIBIÇÃO DE PROVA ILÍCITA. ÔNUS DA PROVA. ESTÂNDARES PROBATÓRIOS. PROVAS EM ESPÉCIE E SUA PRODUÇÃO. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO 741
9. ATOS NÃO DECISÓRIOS DO JUIZ. DESPACHOS. FASE DECISÓRIA. DECISÕES JUDICIAIS: CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES. SENTENÇA, NATUREZA E CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, REQUISITOS, FUNÇÕES, VÍCIOS, EFEITOS. ATIPICIDADE DAS FORMAS DE TUTELA JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA DAS DECISÕES. INTERPRETAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.... 743
10. TUTELA PROVISÓRIA: CONCEITO, FUNÇÃO, ESPÉCIES. TUTELA CAUTELAR E SATISFATIVA (ANTECIPADA). TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DE EVIDÊNCIA: REQUISITOS. TUTELA PROVISÓRIA ANTECEDENTE E INCIDENTE 745
11. COISA JULGADA: NATUREZA, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS. COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL. LIMITES SUBJETIVOS, OBJETIVOS E TEMPORAIS. COISA JULGADA E RESOLUÇÃO DE QUESTÃO PREJUDICIAL INCIDENTAL. EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA. PRECLUSÃO: CONCEITO

| | | | |
|--|-----|---|-----|
| E ESPÉCIES. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA ANTECEDENTE | 750 | ÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO | 774 |
| 12. PRECEDENTES JUDICIAIS: CONCEITO E EFEITOS PARA O JUÍZO. TÉCNICAS E MÉTODOS NA FORMAÇÃO E SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES. REGRAS DE TRANSIÇÃO. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS | 752 | 19. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E SUA RELAÇÃO COM O PROCEDIMENTO COMUM. O TRÂNSITO DE TÉCNICAS PROCESSUAIS ENTRE PROCEDIMENTOS. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA: NOÇÕES GERAIS. TIPOS CODIFICADOS E NÃO CODIFICADOS.... | 779 |
| 13. RECURSOS. NATUREZA, CONCEITO, INSERÇÃO ENTRE OS MECANISMOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS, CLASSIFICAÇÃO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. MÉRITO RECURSAL. EFEITOS DA INTERPOSIÇÃO E DO JULGAMENTO DOS RECURSOS. REMESSA NECESSÁRIA. SUCEDÂNEOS RECURSAIS; REMESSA OBRIGATÓRIA | 753 | 20. O PODER PÚBLICO EM JUÍZO. MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO POPULAR. HABEAS DATA. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA | 782 |
| 14. RECURSOS EM ESPÉCIE (APELAÇÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, AGRAVO INTERNO, RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL, RECURSO EXTRAORDINÁRIO, RECURSO ESPECIAL). PRAZOS E PROCEDIMENTOS RECURSAIS, PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS, MODOS DE INTERPOSIÇÃO, PECULIARIDADES ESPECÍFICAS. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS. JULGAMENTO ESTENDIDO EM CASO DE DIVERGÊNCIA ... | 755 | 21. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. CARACTERIZAÇÃO COMO SUBSISTEMA PROCESSUAL E SEU RELACIONAMENTO COM O PROCEDIMENTO COMUM. ESTRUTURA ORGÂNICA (JUIZADOS, TURMAS RECURSAIS, TURMAS DE UNIFORMIZAÇÃO REGIONAIS, E TURMAS E SESSÕES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS). PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ESPÉCIES, COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTOS, RECURSOS, PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, COISA JULGADA, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA | 788 |
| 15. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO. AÇÃO RESCISÓRIA. RECLAMAÇÃO. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM TRIBUNAL | 763 | 22. TUTELA DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS. AÇÕES COLETIVAS PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS E INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE E COMPETÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS. EFEITOS DAS SENTENÇAS COLETIVAS E COISA JULGADA. PROCESSOS ESTRUTURAIS. AUTOCOMPOSIÇÃO NA TUTELA DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E OUTROS TIPOS NEGOCIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA E EXECUÇÃO EM TUTELA COLETIVA. FUNDOS E OUTRAS INFRAESTRUTURAS PARA EFETIVAÇÃO DE DECISÕES E ACORDOS | 790 |
| 16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESSUPOSTOS. TÍTULO EXECUTIVO: ESPÉCIES E REQUISITOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS..... | 766 | 23. CUSTOS DO PROCESSO. CUSTAS PROCESSUAIS: TAXAS JUDICIÁRIAS. DESPESAS PROCESSUAIS. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA..... | 792 |
| 17. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA. EXECUÇÃO FISCAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA | 770 | Trícia Navarro | |
| 18. DÉBITO E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL. FRAUDE À EXECUÇÃO. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DA EXECUÇÃO. CONCURSO DE CREDORES. DEFESA DO EXECUTADO. IMPUGNA- | | 24. MEIOS ADEQUADOS E INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS. CONSENSUALIDADE E AUTOCOMPOSIÇÃO. CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E OUTROS MEIOS DE RESOLUÇÃO (JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL) DE DISPUTAS | 794 |

| | | | |
|--|------------|---|------------|
| 25. ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO. COMPROMISSO ARBITRAL E CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. TUTELAS DE URGÊNCIA ANTES, DURANTE E DEPOIS DO PROCESSO ARBITRAL. IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL. AÇÃO PARA OBTENÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL. IMPEDIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO. DEVIDO PROCESSO ARBITRAL. COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM A ARBITRAGEM..... | 794 | 4. CONSENSUALIDADE NOS TRIBUNAIS | 849 |
| | | 5. ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO..... | 849 |
| | | 6. COMPROMISSO ARBITRAL E CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA | 850 |
| | | 7. TUTELAS DE URGÊNCIA ANTES, DURANTE E DEPOIS DO PROCESSO ARBITRAL..... | 850 |
| | | 8. IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL | 850 |
| | | 9. AÇÃO PARA OBTENÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL | 850 |
| | | 10. IMPEDIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO | 851 |
| | | 11. DEVIDO PROCESSO ARBITRAL | 851 |
| | | 12. COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM A ARBITRAGEM..... | 851 |
| + DICAS | 801 | DIREITO CIVIL | 853 |
| Gustavo Faria | | Ana Fernanda Babinski Veronese | |
| 1. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL | 801 | + QUESTÕES | 853 |
| 2. JURISDIÇÃO | 803 | 1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL. CONCEITO. EFEITOS. PERSONALIZAÇÃO. DIREITOS FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS. CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO. EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO | 853 |
| 3. COMPETÊNCIA..... | 805 | 2. PESSOAS NATURAIS. DIREITOS DA PERSONALIDADE. INCAPACIDADE. LEGITIMIDADE. MORTE PRESUMIDA. AUSÊNCIA. TUTELA. CURATELA. TOMADA DE DECISÃO APOIADA. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. DOMICÍLIO..... | 856 |
| 4. LEGITIMIDADE E INTERESSE PROCESSUAL..... | 807 | 3. PESSOAS JURÍDICAS. PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA. DESCONSIDERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO. INÍCIO E FIM DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA. ADMINISTRAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO: PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. SOCIEDADES, ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES. PARTIDOS POLÍTICOS (ASPECTOS CIVIS). ENTIDADES SEM PERSONIFICAÇÃO JURÍDICA E NOVOS SUJEITOS DE DIREITO. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS..... | 861 |
| 5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS..... | 809 | 4. BENS. CLASSIFICAÇÃO. REGIME JURÍDICO. BEM DE FAMÍLIA. PATRIMÔNIO. PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO | 864 |
| 6. ATOS PROCESSUAIS..... | 811 | 5. FATOS JURÍDICOS. ATOS JURÍDICOS. NEGÓCIOS JURÍDICOS. EXISTÊNCIA, EFICÁ- | |
| 7. FASE POSTULATÓRIA NO PROCESSO CIVIL..... | 813 | | |
| 8. PROVAS..... | 815 | | |
| 9. SENTENÇA | 817 | | |
| 10. TUTELAS PROVISÓRIAS..... | 819 | | |
| 11. COISA JULGADA..... | 821 | | |
| 12. SISTEMA DE PRECEDENTES | 822 | | |
| 13. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS..... | 824 | | |
| 14. RECURSOS EM ESPÉCIE | 826 | | |
| 15. MECANISMOS DE FORMAÇÃO DE PRECEDENTES VINCULANTES..... | 828 | | |
| 16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA | 830 | | |
| 17. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS..... | 833 | | |
| 18. DEFESA DO EXECUTADO..... | 834 | | |
| 19. ADAPTABILIDADE DO PROCEDIMENTO..... | 836 | | |
| 20. PODER PÚBLICO EM JUÍZO..... | 838 | | |
| 21. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS | 839 | | |
| 22. PROCESSOS ESTRUTURAIS | 841 | | |
| 23. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS..... | 843 | | |
| Trícia Navarro | | | |
| 1. MEIOS ADEQUADOS E INTEGRADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS..... | 845 | | |
| 2. CONSENSUALIDADE E AUTOCOMPOSIÇÃO.... | 845 | | |
| 3. CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E OUTROS MEIOS DE RESOLUÇÃO (JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL) DE DISPUTAS | 846 | | |

| | | | |
|---|-----|---|-----|
| CIA E VALIDADE. CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO. REPRESENTAÇÃO. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO. ERRO OU IGNORÂNCIA, DOLO, COAÇÃO, ESTADO DE PERIGO, LESÃO, FRAUDE CONTRA CREDORES. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. NULIDADE. SIMULAÇÃO. DISTINÇÕES ENTRE NULIDADE E ANULABILIDADE. CONVERSÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO. ATO LÍCITO E ILÍCITO. ABUSO DO DIREITO. TEORIA DA APARÊNCIA. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. PROVA | 865 | PERDA DE UMA CHANCE. NEXO CAUSAL E SUAS TEORIAS. LIQUIDAÇÃO DO DANO. RESPONSABILIDADE PRÉ E PÓS CONTRATUAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E AQUILIANA. EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. BOA-FÉ SUBJETIVA E OBJETIVA | 907 |
| 6. OBRIGAÇÕES. MODALIDADE DAS OBRIGAÇÕES. OBRIGAÇÃO NATURAL. OBRIGAÇÃO PROPTER REM. OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS. OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES: CESSÃO DE CRÉDITO E ASSUNÇÃO DE DÍVIDA. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES. MORA, PERDAS E DANOS, JUROS LEGAIS, CLÁUSULA PENAL, ARRAS OU SINAL. PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS | 876 | 11. POSSE E DETENÇÃO. DEFINIÇÃO. NATUREZA JURÍDICA. CLASSIFICAÇÃO DE POSSE. AQUISIÇÃO DA POSSE. EFEITOS DA POSSE. COMPOSSE. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. PERDA DA POSSE..... | 912 |
| OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS | 877 | 12. PROPRIEDADE. DEFINIÇÃO. ELEMENTOS. CLASSIFICAÇÃO. EXTENSÃO DA PROPRIEDADE. RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE. AQUISIÇÃO OU CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE. PROPRIEDADE IMÓVEL. PROPRIEDADE MÓVEL. PROPRIEDADE RESOLÚVEL E FIDUCIÁRIA. PERDA DA PROPRIEDADE MÓVEL E IMÓVEL. USUCAPIÃO. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. PROPRIEDADE URBANA E RURAL. ESTATUTO DA TERRA E ESTATUTO DAS CIDADES. POLÍTICA AGRÍCOLA E REFORMA AGRÁRIA. DIREITO DE VIZINHANÇA. ENFITEUSE E OCUPAÇÃO EM TERRENOS DE MARINHA. REGISTROS DE IMÓVEIS: NOÇÕES GERAIS, REGISTROS, PRESUNÇÃO DE FÉ PÚBLICA E IMÓVEIS DA UNIÃO. PRIORIDADE, ESPECIALIDADE, LEGALIDADE, CONTINUIDADE. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA. DIREITO DE LAJE | 914 |
| 7. CONTRATOS EM GERAL: TEORIA GERAL DOS CONTRATOS. FORMAÇÃO E INTERPRETAÇÃO. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS. PRESSUPOSTOS DE VALIDADE. PRINCÍPIOS. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. BOA-FÉ SUBJETIVA E OBJETIVA. REVISÃO E SUAS MODALIDADES. EXTINÇÃO | 881 | 13. CONDOMÍNIO. CONDOMÍNIO EM GERAL. CONDOMÍNIO EDILÍCIO. CONDOMÍNIO DE LOTES E CONDOMÍNIO URBANO SIMPLES. CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO. LOTEAMENTOS DE ACESSO RESTRITO. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA..... | 919 |
| 8. CONTRATOS EM ESPÉCIE. COMPRA E VENDA. TROCA OU PERMUTA. CONTRATO ESTIMATÓRIO. DOAÇÃO. LOCAÇÃO DE COISAS. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS. EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. EMPREITADA. DEPÓSITO. MANDATO. COMISSÃO. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO. CORRETAGEM. TRANSPORTE. SEGURO. CONSTITUIÇÃO DE RENDA. JOGO E APOSTA. FIANÇA. TRANSAÇÃO. COMPROMISSO | 892 | 14. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA NO CÓDIGO CIVIL E NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA DE IMÓVEIS. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CRÉDITO. PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO. SECURITIZAÇÃO | 923 |
| 9. ATOS UNILATERAIS. PROMESSA DE RECOMPENSA. GESTÃO DE NEGÓCIOS. PAGAMENTO INDEVIDO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA | 906 | 15. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS PRÓPRIAS E ALHEIAS. DIREITOS REAIS DE GARANTIA. DIREITOS REAIS DE AQUISIÇÃO. DISPOSIÇÕES GERAIS. PROPRIEDADE RESOLÚVEL | 923 |
| 10. RESPONSABILIDADE CIVIL. ELEMENTOS. RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM. RESPONSABILIDADE POR FATO DA COISA. TEORIAS SUBJETIVA E OBJETIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO. DANO MORAL E MATERIAL. DANO COLETIVO. DANO ESTÉTICO. DANO À IMAGEM. INDENIZAÇÃO. | | 16. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ESTATUTO DA JUVENTUDE. ESTATUTO DA PESSOA IDOSA..... | 926 |
| | | 17. DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO, DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA PRIORI- | |

| | | | |
|--|------------|--|--|
| DADE DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA..... | 931 | | |
| 18. MARCO CIVIL DA INTERNET. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS..... | 932 | | |
| 19. ASPECTOS GERAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES. CASAMENTO. UNIÃO ESTÁVEL. REPERCUSSÕES PREVIDENCIÁRIAS. RELAÇÕES DE PARENTESCO. REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES E OS COMPANHEIROS. BEM DE FAMÍLIA. TUTELA. CURATELA. SUCESSÃO EM GERAL: SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA..... | 933 | | |
| 20. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONSUMIDOR. FORNECEDOR. DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR. QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS. PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DOS DANOS. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO..... | 954 | | |
| PARTE I – PARTE GERAL..... | 959 | | |
| Aurélio Bouret | | | |
| + CAPÍTULO 1 – DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E DA PERSONALIDADE JURÍDICA..... | 959 | | |
| 1. DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL (CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL)..... | 959 | | |
| 1.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO..... | 959 | | |
| 1.2. CRISE DO DIREITO CIVIL..... | 961 | | |
| 1.3. ADOÇÃO DA TÉCNICA CONSTITUCIONAL ABERTA..... | 962 | | |
| 1.4. CONCLUSÃO: DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL E A QUEBRA DE PARADIGMA NO BRASIL..... | 962 | | |
| 2. CONCEITO DE PERSONALIDADE JURÍDICA..... | 963 | | |
| 3. CAPACIDADE JURÍDICA..... | 963 | | |
| 4. INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA NATURAL..... | 963 | | |
| 4.1. TEORIA NATALISTA..... | 963 | | |
| 4.2. TEORIA CONCEPCIONISTA..... | 963 | | |
| 5. FIM DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA NATURAL..... | 964 | | |
| 5.1. MORTE PRESUMIDA SEM A DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA..... | 964 | | |
| 5.2. MORTE PRESUMIDA COM DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA..... | 964 | | |
| 5.2.1. SUCESSÃO DEFINITIVA DIRETA..... | 965 | | |
| + CAPÍTULO 2 – DAS INCAPACIDADES..... | 965 | | |
| 1. INCAPACIDADE ABSOLUTA..... | 965 | | |
| 2. INCAPACIDADE RELATIVA..... | 965 | | |
| 3. CONDIÇÃO JURÍDICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA..... | 965 | | |
| 4. CASOS EM QUE A MANIFESTAÇÃO DO INCAPAZ SERÁ CONSIDERADA VÁLIDA..... | 966 | | |
| + CAPÍTULO 3 – DA EMANCIPAÇÃO..... | 966 | | |
| 1. TIPOS DE EMANCIPAÇÃO – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, CC..... | 966 | | |
| 1.1. EMANCIPAÇÃO VOLUNTÁRIA OU POR CONCESSÃO DOS PAIS – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, 1ª PARTE..... | 966 | | |
| 1.2. EMANCIPAÇÃO JUDICIAL – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, 2ª PARTE..... | 966 | | |
| 1.3. EMANCIPAÇÃO LEGAL – ART. 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS II, III, IV E V... .. | 966 | | |
| + CAPÍTULO 4 – DO DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL..... | 967 | | |
| 1. CONCEITO DE DOMICÍLIO..... | 967 | | |
| 2. PLURALIDADE DE DOMICÍLIOS E RESIDÊNCIAS..... | 967 | | |
| 3. DOMICÍLIO PROFISSIONAL..... | 967 | | |
| 4. MUDANÇA DE DOMICÍLIO..... | 967 | | |
| 5. DOMICÍLIO APARENTE OU OCASIONAL..... | 967 | | |
| 6. CLASSIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO..... | 968 | | |
| + CAPÍTULO 5 – DA PESSOA JURÍDICA..... | 968 | | |
| 1. PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA..... | 968 | | |
| 2. A PESSOA JURÍDICA NA VISÃO CIVIL-CONSTITUCIONAL..... | 968 | | |
| 3. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA..... | 968 | | |
| 4. CONCEITO..... | 969 | | |
| 5. CARACTERÍSTICAS..... | 969 | | |
| 6. CLASSIFICAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS... .. | 969 | | |
| 7. ESPÉCIES DE PESSOAS JURÍDICAS..... | 969 | | |
| 7.1. CORPORAÇÕES..... | 969 | | |
| 7.2. FUNDAÇÕES..... | 969 | | |
| 7.3. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (REVOGADA)..... | 969 | | |
| 8. CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS QUANTO ÀS FUNÇÕES EXERCIDAS..... | 969 | | |
| 9. COMEÇO DA EXISTÊNCIA DA PESSOA JURÍDICA..... | 969 | | |
| 10. ENTES FORMAIS OU DESPERSONALIZADOS... .. | 969 | | |

| | | | |
|---|------------|--|------------|
| 11. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (DISREGARD DOCTRINE)..... | 969 | 3.2.2. EXCEÇÕES LEGAIS À IMPEHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA..... | 978 |
| 11.1. CONCEITO..... | 969 | 3.3. BEM DE FAMÍLIA CONVENCIONAL | 978 |
| 11.2. TEORIAS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA..... | 970 | 4. JULGADOS E SÚMULAS IMPORTANTES SOBRE O TEMA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE..... | 978 |
| 11.3. REQUISITOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA | 970 | | |
| 11.4. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA | 970 | + CAPÍTULO 8 – DA TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO | 979 |
| 11.5. DESCONSIDERAÇÃO INDIRETA DA PERSONALIDADE JURÍDICA | 971 | 1. DEFINIÇÃO | 979 |
| 11.6. TEORIA EXPANSIVA OU DESCONSIDERAÇÃO SUSPENSIVA..... | 971 | 2. CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS..... | 979 |
| 11.7. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA “POSITIVA”..... | 971 | 3. PLANOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ESCALA PONTEANA)..... | 979 |
| + CAPÍTULO 6 – DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE | 972 | 3.1. PLANO DA EXISTÊNCIA | 980 |
| 1. DEFINIÇÃO | 972 | 3.2. PLANO DA VALIDADE..... | 980 |
| 2. CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE..... | 972 | 3.2.1. REQUISITOS DE VALIDADE..... | 980 |
| 3. TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE APÓS A MORTE..... | 973 | 3.3. PLANO DA EFICÁCIA | 980 |
| 4. DIREITO AO NOME (ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS) | 973 | 3.3.1. ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO | 980 |
| 4.1. ALTERAÇÃO DO NOME..... | 973 | 4. NULIDADE E ANULABILIDADE | 980 |
| 5. JULGADOS E ENUNCIADOS IMPORTANTES SOBRE O TEMA DE DIREITOS DA PERSONALIDADE..... | 974 | 4.1. CAUSAS GERAIS DE NULIDADE ABSOLUTA..... | 980 |
| + CAPÍTULO 7 – DOS BENS JURÍDICOS..... | 974 | 4.2. CLÁUSULAS GERAIS DE ANULABILIDADE..... | 980 |
| 1. NOÇÃO..... | 974 | 5. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS | 981 |
| 1.1. DISTINÇÃO ENTRE BENS E COISAS..... | 975 | 5.1. CONFIRMAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 172 DO CC)..... | 981 |
| 1.2. PATRIMÔNIO..... | 975 | 5.2. REDUÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 184 DO CC)..... | 981 |
| 1.2.1. PATRIMÔNIO MÍNIMO..... | 975 | 5.3. CONVERSÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO (ART. 170 DO CC)..... | 981 |
| 2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS..... | 975 | + CAPÍTULO 9 – DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO..... | 981 |
| 2.1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À MOBILIDADE..... | 975 | 1. INTRODUÇÃO..... | 981 |
| 2.1.1. BENS IMÓVEIS..... | 975 | 2. ERRO | 982 |
| 2.1.2. BENS MÓVEIS | 975 | 3. DOLO | 983 |
| 2.2. BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS..... | 976 | 4. COAÇÃO | 984 |
| 2.2.1. BEM PRINCIPAL E BENS ACESSÓRIOS..... | 976 | 5. ESTADO DE PERIGO | 984 |
| 2.3. BENS PÚBLICOS..... | 977 | 6. LESÃO..... | 985 |
| 3. BEM DE FAMÍLIA..... | 977 | 7. FRAUDE CONTRA CREDORES | 986 |
| 3.1. NOÇÕES..... | 977 | 8. SIMULAÇÃO | 986 |
| 3.2. BEM DE FAMÍLIA LEGAL | 977 | + CAPÍTULO 10 – DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA | 987 |
| 3.2.1. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE BEM DE FAMÍLIA NO STJ | 977 | 1. CONCEITO..... | 987 |
| | | 2. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL... | 987 |

| | | | |
|---|------------|--|------------|
| 3. CARACTERÍSTICAS DA PRESCRIÇÃO..... | 988 | DA COISA (ARTS. 238 A 240 DO CÓDIGO CIVIL) | 991 |
| 3.1. INTERESSE PRIVADO..... | 988 | 1.2. OBRIGAÇÃO DE FAZER..... | 992 |
| 3.2. RENÚNCIA..... | 988 | 1.3. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER..... | 992 |
| 3.3. LIMITES À RENÚNCIA DA PRESCRIÇÃO . | 988 | 2. OBRIGAÇÕES NEGATIVAS..... | 992 |
| 3.4. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO..... | 988 | + CAPÍTULO 3 – MODALIDADES OBRIGA- | |
| 3.5. IMUTABILIDADE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS..... | 988 | CIONAIS | 992 |
| 3.6. ALEGAÇÃO DA PRESCRIÇÃO..... | 988 | 1. OBRIGAÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS..... | 992 |
| 3.7. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO..... | 988 | 2. OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS..... | 992 |
| 3.8. PRAZOS PRESCRICIONAIS..... | 989 | 3. OBRIGAÇÕES CUMULATIVAS..... | 993 |
| 4. DECADÊNCIA..... | 989 | 4. OBRIGAÇÕES FACULTATIVAS..... | 993 |
| 4.1. DECADÊNCIA LEGAL..... | 989 | 5. OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS..... | 993 |
| 4.1.1. CARACTERÍSTICAS..... | 989 | 6. OBRIGAÇÕES INDIVISÍVEIS..... | 993 |
| 4.1.2. DECADÊNCIA CONVENCIONAL..... | 989 | 7. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS..... | 993 |
| 4.2. CARACTERÍSTICAS DA DECADÊNCIA CONVENCIONAL..... | 989 | + CAPÍTULO 4 – TRANSMISSÃO DAS | |
| PARTE II – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES..... | 989 | OBRIGAÇÕES..... | 994 |
| + CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES..... | 989 | 1. INTRODUÇÃO..... | 994 |
| 1. CONCEITO DE OBRIGAÇÃO..... | 989 | 2. CESSÃO DE CRÉDITO..... | 994 |
| 2. OBRIGAÇÕES HÍBRIDAS OU MISTAS..... | 989 | 2.1. REGRAS DA CESSÃO DE CRÉDITO..... | 994 |
| 2.1. OBRIGAÇÃO PROPTER REM..... | 990 | 3. CESSÃO DE DÉBITO OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDA..... | 995 |
| 2.2. OBRIGAÇÃO COM EFICÁCIA REAL..... | 990 | 3.1. MODALIDADES..... | 995 |
| 3. FONTES DAS OBRIGAÇÕES..... | 990 | + CAPÍTULO 5 – ADIMPLEMENTO E EX- | |
| 4. TEORIA DUALISTA (BRINZ)..... | 990 | TINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES..... | 995 |
| 4.1. OBRIGAÇÕES PERFEITAS E IMPERFEITAS..... | 990 | 1. INTRODUÇÃO..... | 995 |
| 5. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO DEVEDOR..... | 990 | 2. PAGAMENTO DIRETO..... | 996 |
| 6. OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO..... | 991 | 2.1. SUJEITOS DO PAGAMENTO..... | 996 |
| + CAPÍTULO 2: CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES..... | 991 | 2.1.1. SOLVENS..... | 996 |
| 1. OBRIGAÇÃO POSITIVA..... | 991 | 2.1.2. ACCIPIENS..... | 996 |
| 1.1. OBRIGAÇÃO DE DAR..... | 991 | 2.2. OBJETO DO PAGAMENTO DIRETO..... | 996 |
| 1.1.1. OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA..... | 991 | 2.3. PROVA DO PAGAMENTO DIRETO..... | 997 |
| 1.1.2. OBRIGAÇÃO DE DAR COISA INCERTA..... | 991 | 2.4. LUGAR DO PAGAMENTO DIRETO..... | 997 |
| 1.1.3. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA OU DETERIORAÇÃO NA OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA..... | 991 | 2.5. TEMPO DO PAGAMENTO..... | 997 |
| 1.1.4. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA OU DETERIORAÇÃO NA RESTITUIÇÃO..... | 991 | 3. FORMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO E PAGAMENTO INDIRETO..... | 997 |
| | | 3.1. PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO..... | 997 |
| | | 3.2. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO..... | 998 |
| | | 3.3. PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO..... | 998 |
| | | 3.4. DAÇÃO EM PAGAMENTO..... | 998 |
| | | 3.5. NOVAÇÃO..... | 998 |
| | | 3.6. COMPENSAÇÃO..... | 999 |
| | | 3.7. CONFUSÃO..... | 999 |
| | | 3.8. REMISSÃO DAS DÍVIDAS..... | 999 |

| | | | | | |
|---|--|-------------|---|--|-------------|
| + | CAPÍTULO 6 – INADIMPLEMENTO | 999 | + | CAPÍTULO 3: CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS | 1007 |
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 999 | 1. | CONTRATOS TÍPICOS E ATÍPICOS | 1007 |
| 2. | INADIMPLEMENTO POR ATO CULPOSO DO DEVEDOR (ART. 389 DO CC)..... | 1000 | 2. | CONTRATOS UNILATERAIS E BILATERAIS..... | 1007 |
| 2.1. | INADIMPLEMENTO ABSOLUTO..... | 1000 | 3. | CONTRATOS CONSENSUAIS E REAIS..... | 1008 |
| 2.2. | INADIMPLEMENTO RELATIVO | 1000 | 4. | CONTRATOS COMUTATIVOS E ALEATÓRIOS.... | 1008 |
| 2.2.1. | MORA DO DEVEDOR..... | 1000 | 5. | CONTRATOS PRINCIPAIS E ACESSÓRIOS..... | 1008 |
| 2.2.2. | MORA DO CREDOR..... | 1000 | 6. | CONTRATOS DE ADEÇÃO..... | 1009 |
| 3. | INADIMPLEMENTO POR FATO NÃO IMPUTÁVEL AO DEVEDOR..... | 1000 | + | CAPÍTULO 4 – FORMAS DE CONTRATAR | 1009 |
| 4. | CLÁUSULA PENAL E ARRAS..... | 1001 | 1. | CONTRATO PRELIMINAR..... | 1009 |
| PARTE III – DIREITO CONTRATUAL | 1001 | | 2. | ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS (ARTIGOS 436 A 438 DO CC)..... | 1009 |
| + | CAPÍTULO 1: CONCEITO E FORMAÇÃO DOS CONTRATOS..... | 1001 | 3. | PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO (ARTIGOS 439 E 440 DO CC) | 1010 |
| 1. | CONCEITO DE CONTRATO..... | 1001 | + | CAPÍTULO 5 – VÍCIOS REDIBITÓRIOS E EVICÇÃO | 1010 |
| 2. | ESTRUTURA INTERNA DOS CONTRATOS | 1002 | 1. | CONCEITO DE VÍCIOS REDIBITÓRIOS..... | 1010 |
| 2.1. | ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CONTRATO | 1002 | 2. | REQUISITOS DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS..... | 1010 |
| 2.2. | ELEMENTO OBJETIVO DO CONTRATO ... | 1002 | 3. | AÇÕES EDILÍCIAS | 1011 |
| 3. | FORMAÇÃO DOS CONTRATOS..... | 1002 | 4. | PRAZOS DAS AÇÕES EDILÍCIAS | 1011 |
| 3.1. | FASE PRÉ-CONTRATUAL OU TRATATIVAS PRELIMINARES..... | 1002 | 5. | CONCEITO DE EVICÇÃO | 1011 |
| 3.2. | FASE CONTRATUAL | 1003 | 5.1. | REQUISITOS DA EVICÇÃO..... | 1011 |
| 3.2.1. | PROPOSTA CONTRATUAL ENTRE AUSENTES | 1003 | 5.2. | DIREITOS DO EVICTO | 1012 |
| + | CAPÍTULO 2: PRINCÍPIOS CONTRATUAIS.... | 1003 | 5.3. | AJUSTES CONTRATUAIS RELATIVOS À EVICÇÃO | 1012 |
| 1. | PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE PRIVADA | 1003 | + | CAPÍTULO 6 – REVISÃO DOS CONTRATOS.. | 1012 |
| 2. | PRINCÍPIO DA FORÇA OBRIGATÓRIA DOS CONTRATOS (<i>PACTA SUNT SERVANDA</i>)..... | 1004 | 1. | INTRODUÇÃO..... | 1012 |
| 2.1. | LIMITAÇÕES..... | 1004 | 2. | TEORIA DA IMPREVISÃO..... | 1012 |
| 3. | PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA MATERIAL OU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO | 1004 | 3. | TEORIA DA QUEBRA DA BASE OBJETIVA DO NEGÓCIO..... | 1013 |
| 4. | PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS EFEITOS DO CONTRATO | 1004 | + | CAPÍTULO 7 – EXTINÇÃO DOS CONTRATOS | 1013 |
| 5. | PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA | 1004 | 1. | INTRODUÇÃO..... | 1013 |
| 5.1. | NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO CIVIL | 1004 | 2. | RESOLUÇÃO..... | 1013 |
| 5.2. | CONCEITO DE BOA-FÉ OBJETIVA | 1004 | 3. | RESILIÇÃO..... | 1014 |
| 5.3. | FUNÇÕES DA BOA-FÉ OBJETIVA..... | 1004 | 4. | RESCISÃO | 1014 |
| 5.3.1. | DEVERES ANEXOS DA BOA-FÉ OBJETIVA | 1005 | PARTE IV – DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO | 1014 | |
| 6. | PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL | 1006 | + | CAPÍTULO 1 – DA COMPRA E VENDA..... | 1014 |
| 6.1. | FUNÇÃO SOCIAL COMO LIMITE AO EXERCÍCIO DOS DIREITOS | 1006 | 1. | CONCEITO DE COMPRA E VENDA | 1014 |
| 6.2. | FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS..... | 1007 | 2. | OBJETOS DA COMPRA E VENDA..... | 1014 |
| 6.3. | BOA-FÉ OBJETIVA NOS CONTRATOS X FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS | 1007 | 3. | VENDA COM BASE EM AMOSTRAS, PRO-TÓTIPOS OU MODELOS..... | 1014 |

| | | | |
|--|-------------|--|-------------|
| 3.1. VENDA POR AMOSTRA, PROTÓTIPO OU MODELO | 1014 | 2. DO MÚTUO..... | 1020 |
| 3.2. VENDA A CONTENTO OU SUJEITA À PROVA | 1015 | 2.1. TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E RISCOS..... | 1020 |
| 3.3. DIFERENÇA ENTRE VENDA A CONTENTO E VENDA SUJEITA À PROVA..... | 1015 | 2.2. EMPRÉSTIMOS A MENORES | 1020 |
| 4. FIXAÇÃO DO PREÇO POR TERCEIROS..... | 1015 | 2.3. GARANTIAS E JUROS..... | 1020 |
| 5. DESPESAS DE ESCRITURA E REGISTRO | 1015 | 2.4. PRAZOS DO MÚTUO..... | 1020 |
| 6. ENTREGA E PAGAMENTO..... | 1015 | + CAPÍTULO 8 – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO; DA EMPREITADA E DO DEPÓSITO | 1020 |
| 7. INSOLVÊNCIA DO COMPRADOR..... | 1015 | 1. RETRIBUIÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO | 1020 |
| 8. VENDA ENTRE ASCENDENTES E DESCENDENTES | 1015 | 2. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇO..... | 1020 |
| 9. PROIBIÇÕES ESPECÍFICAS DE COMPRA E VENDA | 1016 | 3. DIREITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO | 1020 |
| 10. DIREITO DE PREFERÊNCIA ENTRE CONDÔMINOS | 1016 | 4. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | 1020 |
| 11. DA VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO | 1016 | 5. DA EMPREITADA | 1021 |
| + CAPÍTULO 2 – DA TROCA OU PERMUTA | 1017 | 6. DO DEPÓSITO..... | 1022 |
| 1. INTRODUÇÃO À TROCA OU PERMUTA | 1017 | 6.1. DO DEPÓSITO VOLUNTÁRIO | 1022 |
| 2. APLICABILIDADE DAS NORMAS DA COMPRA E VENDA | 1017 | 6.2. DO DEPÓSITO NECESSÁRIO | 1023 |
| 3. DESPESAS COM O INSTRUMENTO DA TROCA | 1017 | 6.3. EXEMPLOS PRÁTICOS..... | 1023 |
| 4. ANULABILIDADE DA TROCA ENTRE ASCENDENTES E DESCENDENTES..... | 1017 | + CAPÍTULO 9 – DO MANDATO..... | 1023 |
| + CAPÍTULO 5 – DA DOAÇÃO..... | 1017 | 1. FORMA E VALIDADE DO MANDATO..... | 1023 |
| 1. CONCEITO DE DOAÇÃO | 1017 | 2. OBRIGAÇÕES DO MANDATÁRIO | 1023 |
| 2. TIPOS DE DOAÇÃO..... | 1017 | 3. DIREITOS DO MANDATÁRIO | 1024 |
| 3. REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO | 1018 | 4. OBRIGAÇÕES DO MANDANTE..... | 1024 |
| 4. RESTRIÇÕES À LIBERDADE DE DOAR..... | 1018 | 5. EXTINÇÃO DO MANDATO | 1024 |
| + CAPÍTULO 6 – DA LOCAÇÃO DE COISAS | 1018 | + CAPÍTULO 10 – DA COMISSÃO | 1024 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 1018 | 1. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO COMISSÁRIO..... | 1024 |
| 2. OBRIGAÇÕES DO LOCADOR | 1019 | 2. CLÁUSULA DEL CREDERE | 1024 |
| 3. GARANTIAS DO LOCADOR | 1019 | 3. ALTERAÇÕES E DESPESAS..... | 1024 |
| 4. OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO..... | 1019 | 4. APLICAÇÃO DAS REGRAS DE MANDATO..... | 1025 |
| 5. DIREITOS DO LOCADOR EM CASO DE MAU USO | 1019 | + CAPÍTULO 11 – DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO | 1025 |
| 6. PRAZO DA LOCAÇÃO | 1019 | 1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE AGÊNCIA..... | 1025 |
| 7. SITUAÇÕES DE ALIENAÇÃO DA COISA ALUGADA..... | 1019 | 2. EXCLUSIVIDADE E ZONA DE ATUAÇÃO | 1025 |
| 8. TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO POR MORTE..... | 1019 | 3. OBRIGAÇÕES DO AGENTE..... | 1025 |
| + CAPÍTULO 7 – DO EMPRÉSTIMO | 1019 | 4. DIREITOS DO AGENTE..... | 1025 |
| 1. DO COMODATO..... | 1019 | 5. RESCISÃO DO CONTRATO | 1025 |
| 1.1. PRAZO E USO DO COMODATO | 1019 | 6. APLICAÇÃO DAS REGRAS DE MANDATO E COMISSÃO..... | 1025 |
| 1.2. OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO | 1019 | + CAPÍTULO 12 – DA CORRETAGEM..... | 1025 |
| | | 1. CONCEITO E NATUREZA DO CONTRATO DE CORRETAGEM..... | 1025 |
| | | 2. OBRIGAÇÕES DO CORRETOR..... | 1025 |

| | | | |
|---|------|---|------|
| 3. REMUNERAÇÃO DO CORRETOR | 1025 | + CAPÍTULO 21 – ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA | 1031 |
| 4. DIREITOS DO CORRETOR | 1025 | PARTE V – DIREITOS REAIS | 1031 |
| 5. APLICAÇÃO DAS NORMAS ESPECIAIS | 1025 | + CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO AOS DIREITOS REAIS | 1031 |
| + CAPÍTULO 13 – CONTRATO DE TRANSPORTE | 1025 | 1. CONCEITO DE DIREITO REAL | 1031 |
| 1. INTRODUÇÃO | 1025 | 2. REGRAMENTO LEGAL | 1031 |
| 2. REGRAS GERAIS PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL | 1026 | 3. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS REAIS | 1031 |
| 3. TRANSPORTE AÉREO | 1026 | 4. DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS | 1032 |
| 3.1. OBSERVAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE TRANSPORTE AÉREO | 1026 | 4.1. Oponibilidade contra todos | 1032 |
| 4. TRANSPORTE CUMULATIVO | 1026 | 4.2. Aderência, ambulatoriedade e seqüela | 1032 |
| 5. TRANSPORTE DE PESSOAS | 1026 | 4.3. Publicidade | 1032 |
| 6. RESILIÇÃO E DIREITOS DO PASSAGEIRO | 1026 | 4.4. Taxatividade | 1032 |
| 7. TRANSPORTE DE COISAS | 1026 | 4.5. Perpetuidade | 1033 |
| + CAPÍTULO 14 – CONTRATO DE SEGURO | 1027 | + CAPÍTULO 2: POSSE | 1033 |
| 1. INTRODUÇÃO | 1027 | 1. TEORIAS SOBRE A POSSE | 1033 |
| 2. FORMALIZAÇÃO E PROVA DO CONTRATO | 1027 | 1.1. Teoria subjetiva de Savigny | 1033 |
| 3. CARACTERÍSTICAS DA APÓLICE | 1027 | 1.2. Teoria objetiva de Ihering | 1033 |
| 4. COSSEGURO E RESSEGURO | 1027 | 2. ALCANCE DO CONCEITO DE POSSUIDOR | 1033 |
| 5. REGRAS GERAIS DE CONDUTA | 1027 | 3. <i>IUS POSSESSIONIS</i> E <i>IUS POSSIDENDI</i> | 1033 |
| 6. PAGAMENTO DO PRÊMIO E MORA | 1027 | 4. DESDOBRAMENTO DA POSSE: CISÃO DA POSSE | 1033 |
| 7. AGRAVAMENTO DO RISCO | 1027 | 5. DETENÇÃO | 1033 |
| 8. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO | 1027 | 6. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE QUANTO AOS VÍCIOS | 1034 |
| 9. SEGURO DE DANO | 1027 | + CAPÍTULO 3: PROPRIEDADE | 1034 |
| 10. SEGURO DE PESSOA | 1027 | 1. DEFINIÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE | 1034 |
| + CAPÍTULO 15 – DO JOGO E DA APOSTA | 1028 | 1.1. Definição tradicional | 1034 |
| + CAPÍTULO 16 – DA FIANÇA | 1028 | 1.2. Limitações extrínsecas e intrínsecas | 1034 |
| 1. DISPOSIÇÕES GERAIS | 1028 | 2. CONCEITO CONTEMPORÂNEO DO DIREITO DE PROPRIEDADE | 1034 |
| 2. DOS EFEITOS DA FIANÇA | 1028 | 2.1. Estrutura tríplice do direito de propriedade | 1034 |
| 3. DA EXTINÇÃO DA FIANÇA | 1028 | 2.2. Previsões legislativas da função social da propriedade | 1034 |
| + CAPÍTULO 17 – DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS | 1029 | 3. ATRIBUTOS DO DIREITO DE PROPRIEDADE | 1034 |
| + CAPÍTULO 18 – PROMESSA DE RECOMPENSA | 1029 | 3.1. Faculdade de usar a coisa | 1034 |
| + CAPÍTULO 19 – GESTÃO DE NEGÓCIOS | 1030 | 3.2. Faculdade de gozar e fruir da coisa | 1034 |
| + CAPÍTULO 20 – PAGAMENTO INDEVIDO | 1030 | 3.3. Faculdade de dispor da coisa | 1035 |
| | | 3.4. Direito de reivindicar a coisa | 1035 |
| | | 4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROPRIEDADE | 1035 |
| | | 4.1. Direito absoluto | 1035 |

| | | | |
|--|-------------|--|-------------|
| 4.2. DIREITO PLENO E EXCLUSIVO..... | 1035 | 2.1. CONDOMÍNIO TRADICIONAL (OU GERAL OU COMUM) | 1038 |
| 4.3. DIREITO PERPÉTUO..... | 1035 | 2.2. CONDOMÍNIO EDILÍCIO | 1038 |
| 4.4. DIREITO ELÁSTICO..... | 1035 | 2.2.1. CARACTERÍSTICAS DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO..... | 1038 |
| 5. DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL INVERTIDA OU NO INTERESSE PRIVADO | 1035 | 2.3. CONDOMÍNIO EM LOTES..... | 1038 |
| + CAPÍTULO 4: USUCAPIÃO | 1035 | 2.4. CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE..... | 1038 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 1035 | 3. NATUREZA JURÍDICA DO CONDOMÍNIO | 1039 |
| 1.1. NATUREZA JURÍDICA | 1035 | 4. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO..... | 1039 |
| 1.2. FUNDAMENTO DA USUCAPIÃO | 1036 | 4.1. ATO DE CRIAÇÃO OU ATO DE INSTITUIÇÃO | 1039 |
| 1.3. CONCEITO DE USUCAPIÃO..... | 1036 | 4.2. CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO | 1039 |
| 2. REQUISITOS GENÉRICOS DA USUCAPIÃO | 1036 | 4.3. REGIMENTO INTERNO..... | 1039 |
| 3. MODALIDADES DE USUCAPIÃO..... | 1036 | 5. CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E AIRBNB..... | 1039 |
| 3.1. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA..... | 1036 | + CAPÍTULO 8: DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA | 1039 |
| 3.2. USUCAPIÃO ORDINÁRIO | 1036 | 1. INTRODUÇÃO..... | 1039 |
| 3.3. USUCAPIÃO TABULAR (CONVALESCENÇA REGISTRAL)..... | 1036 | 2. CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA | 1039 |
| 3.4. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA (PRO MORADIA)..... | 1036 | 2.1. DIREITOS REAIS DE USO E FRUIÇÃO | 1039 |
| 3.5. USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL (PRO LABORE) | 1036 | 2.2. DIREITOS REAIS DE AQUISIÇÃO | 1040 |
| 3.6. USUCAPIÃO POR ABANDONO DE LAR (PRO-FAMÍLIA OU CONJUGAL) | 1037 | 2.3. DIREITOS REAIS DE GARANTIA..... | 1040 |
| + CAPÍTULO 6: DIREITOS REAIS DE VIZINHANÇA | 1037 | 3. DIREITOS REAIS DE USO E FRUIÇÃO | 1040 |
| 1. CONCEITO..... | 1037 | 3.1. SUPERFÍCIE | 1040 |
| 1.1. FINALIDADE..... | 1037 | 3.2. SERVIDÃO | 1040 |
| 1.2. NATUREZA JURÍDICA | 1037 | 3.3. USUFRUTO..... | 1040 |
| 1.3. PROPRIEDADE VIZINHA | 1037 | 3.4. USO..... | 1040 |
| 2. USO ANORMAL DA PROPRIEDADE | 1037 | 3.5. HABITAÇÃO | 1040 |
| 2.1. DIREITO DE FAZER CESSAR INTERFERÊNCIAS..... | 1037 | 3.6. DIREITO DE LAJE | 1040 |
| 2.2. CRITÉRIOS AFERIDORES DO USO ANORMAL DA PROPRIEDADE..... | 1037 | 3.7. CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA..... | 1040 |
| 3. ÁRVORES LIMÍTROFES..... | 1037 | 3.8. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO | 1040 |
| 3.1. CONDOMÍNIO | 1037 | 4. DIREITOS REAIS DE AQUISIÇÃO..... | 1040 |
| 3.2. PROPRIEDADE EXCLUSIVA | 1037 | 4.1. DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR | 1040 |
| 4. PASSAGEM FORÇADA..... | 1038 | 4.2. DIREITO DO DEVEDOR FIDUCIANTE..... | 1041 |
| 4.1. CONCEITO..... | 1038 | + CAPÍTULO 9: DIREITOS REAIS DE GARANTIA | 1041 |
| 4.2. FUNDAMENTO..... | 1038 | 1. INTRODUÇÃO..... | 1041 |
| 4.3. ALARGAMENTO DO CONCEITO DE IMÓVEL ENCRAVADO..... | 1038 | 1.1. HISTÓRICO..... | 1041 |
| + CAPÍTULO 7: CONDOMÍNIO..... | 1038 | 1.2. GARANTIAS PESSOAIS E REAIS | 1041 |
| 1. CONCEITO DE CONDOMÍNIO..... | 1038 | 2. CONCEITO DE DIREITO REAL DE GARANTIA.... | 1041 |
| 2. ESPÉCIES DE CONDOMÍNIO DO CÓDIGO CIVIL..... | 1038 | 2.1. TIPOS DE DIREITOS REAIS DE GARANTIA..... | 1041 |

| | | | |
|---|-------------|---|-------------|
| 3. EFEITOS JURÍDICOS DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA..... | 1041 | 1.3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MENOR PELO ECA..... | 1047 |
| 3.1. ADERÊNCIA, SEQUELA E AMBULATORIEDADE..... | 1041 | 2. CULPA (LATO SENSU)..... | 1047 |
| 3.2. PREFERÊNCIA..... | 1041 | 3. NEXO DE CAUSALIDADE..... | 1047 |
| 4. PREFERÊNCIA DE QUOTAS CONDOMINIAIS.... | 1041 | 3.1. CAUSAS EXCLUDENTES DO NEXO CAUSAL..... | 1047 |
| 5. EFEITOS JURÍDICOS DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA..... | 1042 | 3.2. FORTUITO INTERNO E EXTERNO..... | 1048 |
| 5.1. ADERÊNCIA, SEQUELA E AMBULATORIEDADE..... | 1042 | 4. DANO..... | 1048 |
| 5.2. PREFERÊNCIA..... | 1042 | 4.1. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS..... | 1048 |
| 6. DIREITOS REAIS DE GARANTIA ESPECÍFICOS..... | 1042 | + CAPÍTULO 3: TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE..... | 1048 |
| 6.1. PENHOR..... | 1042 | 1. INTRODUÇÃO À TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE..... | 1048 |
| 6.2. HIPOTECA..... | 1042 | 1.1. DISTINÇÃO ENTRE PERDA DE UMA CHANCE E LUCRO CESSANTE..... | 1049 |
| 6.3. ANTICRESE..... | 1043 | 2. CARACTERÍSTICAS DA PERDA DE UMA CHANCE..... | 1049 |
| 6.4. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA..... | 1043 | PARTE VII – DIREITO DE FAMÍLIA..... | 1049 |
| PARTE VI – RESPONSABILIDADE CIVIL..... | 1043 | + CAPÍTULO 1: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITO..... | 1049 |
| + CAPÍTULO 1: NOÇÕES GERAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL..... | 1043 | 1. BRASIL COLONIAL..... | 1049 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 1043 | 2. BRASIL REPÚBLICA..... | 1049 |
| 2. TIPOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL..... | 1043 | 3. MITIGAÇÕES À UNICIDADE FAMILIAR E AO SISTEMA PATRIARCAL..... | 1049 |
| 2.1. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA... | 1043 | 4. PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988..... | 1050 |
| 2.2. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.... | 1044 | 5. CONCEITO DE FAMÍLIA..... | 1050 |
| 3. NATUREZAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.... | 1044 | 6. FAMÍLIA PARALELA..... | 1050 |
| 3.1. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL..... | 1044 | + CAPÍTULO 2: PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA..... | 1050 |
| 3.2. RESPONSABILIDADE EXTRA-CONTRATUAL (AQUILIANA)..... | 1044 | 1. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... | 1050 |
| 4. EXEMPLOS PRÁTICOS..... | 1044 | 2. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE..... | 1050 |
| 5. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA..... | 1045 | 3. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS FILHOS..... | 1050 |
| 5.1. ABUSO DO DIREITO..... | 1045 | 4. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS..... | 1050 |
| 5.2. DANOS CAUSADOS POR PRODUTOS.... | 1045 | 5. PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO..... | 1050 |
| 5.3. RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO (FATO DE OUTREM)..... | 1045 | 6. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA..... | 1051 |
| 5.4. RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA OU DO ANIMAL..... | 1045 | + CAPÍTULO 3: FORMAÇÃO DA FAMÍLIA E CASAMENTO..... | 1051 |
| 5.5. LEIS ESPECIAIS..... | 1045 | 1. FORMAÇÃO DA FAMÍLIA..... | 1051 |
| 5.6. CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA..... | 1045 | 2. SITUAÇÃO JURÍDICA ATUAL..... | 1051 |
| 6. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO LÍCITO.... | 1045 | 3. NATUREZA JURÍDICA DO CASAMENTO..... | 1051 |
| + CAPÍTULO 2: ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL..... | 1045 | 4. CAPACIDADE MATRIMONIAL..... | 1051 |
| 1. COMPORTAMENTO HUMANO..... | 1045 | 5. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS..... | 1052 |
| 1.1. RESPONSABILIDADE CIVIL DO INCAPAZ..... | 1046 | | |
| 1.2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MENOR CAPAZ (EMANCIPADOS)..... | 1046 | | |

| | | | | |
|---|-------------|---|--|-------------|
| 6. CAUSAS SUSPENSIVAS | 1052 | + | CAPÍTULO 13: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS DO CASAMENTO..... | 1058 |
| 7. PROVA DO CASAMENTO..... | 1052 | | 1. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS | 1058 |
| + | | | 2. CAUSAS SUSPENSIVAS | 1058 |
| CAPÍTULO 4: HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO | 1053 | | | |
| 1. HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO | 1053 | + | CAPÍTULO 14: NULIDADE E ANULABILIDADE DO CASAMENTO | 1059 |
| 2. CASAMENTO RELIGIOSO | 1053 | | 1. CASAMENTO NULO..... | 1059 |
| 3. CELEBRAÇÃO..... | 1053 | | 2. CASAMENTO ANULÁVEL | 1059 |
| 4. CASAMENTO EM CASOS ESPECIAIS..... | 1054 | | 3. QUESTÃO SOBRE CASAMENTO INFANTIL..... | 1059 |
| 5. PROCEDIMENTO EM CASO DE OPOSIÇÃO..... | 1054 | | 4. ANULAÇÃO DO CASAMENTO POR VÍCIO DA VONTADE | 1059 |
| + | | | 5. LEGITIMIDADE PARA AÇÕES DE INVALIDADE | 1059 |
| CAPÍTULO 5: EFEITOS DO CASAMENTO..... | 1054 | | 6. PRAZO PARA AÇÕES DE ANULAÇÃO DO CASAMENTO..... | 1059 |
| 1. EFEITOS SOCIAIS..... | 1054 | | 7. CASAMENTO PUTATIVO | 1060 |
| 2. EFEITOS PESSOAIS..... | 1054 | | 7.1. DEFINIÇÃO | 1060 |
| 3. DEVERES CONJUGAIS | 1055 | | 7.2. BOA-FÉ..... | 1060 |
| 4. EFEITOS PATRIMONIAIS..... | 1055 | | 7.3. PROTEÇÃO A TERCEIROS DE BOA-FÉ..... | 1060 |
| 4.1. REGIME DE BENS..... | 1055 | | | |
| 4.2. PACTO ANTENUPCIAL..... | 1055 | + | CAPÍTULO 15: UNIÃO ESTÁVEL | 1060 |
| + | | | 1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA..... | 1060 |
| CAPÍTULO 6: COMUNHÃO PARCIAL DE BENS..... | 1056 | | 2. CONCEITO DE UNIÃO ESTÁVEL | 1060 |
| 1. BENS QUE NÃO SE COMUNICAM | 1056 | | 3. REQUISITOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL..... | 1060 |
| 2. BENS COMUNS..... | 1056 | | 4. UNIÃO HOMOAFETIVA | 1060 |
| + | | | 5. APLICAÇÃO DOS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS..... | 1060 |
| CAPÍTULO 7: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS | 1056 | | 6. UNIÃO ESTÁVEL E CONCUBINATO | 1060 |
| 1. JURISPRUDÊNCIA DO STJ..... | 1056 | | 7. PARALELISMO ENTRE CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL..... | 1060 |
| + | | | 8. NAMORO QUALIFICADO | 1061 |
| CAPÍTULO 8: PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS | 1056 | | 9. EFEITOS DA UNIÃO ESTÁVEL..... | 1061 |
| + | | | 10. EFEITO PATRIMONIAL..... | 1061 |
| CAPÍTULO 9: SEPARAÇÃO DE BENS (CONVENCIONAL OU ABSOLUTA) | 1057 | | 11. ALIMENTOS | 1061 |
| + | | | 12. ADOÇÃO POR COMPANHEIROS | 1061 |
| CAPÍTULO 10: SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS..... | 1057 | | 13. TRATAMENTO SUCESSÓRIO | 1061 |
| 1. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL STF | 1057 | | 14. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | 1061 |
| 2. OUTORGA CONJUGAL NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL..... | 1057 | | 15. ASPECTOS PROCESSUAIS..... | 1061 |
| + | | | 16. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO..... | 1061 |
| CAPÍTULO 11: SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS E DIREITOS DOS CÔNJUGES | 1058 | + | CAPÍTULO 16 – ALIMENTOS | 1061 |
| 1. SÚMULA 377 DO STF E A NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE ESFORÇO COMUM..... | 1058 | | 1. CARACTERÍSTICAS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR | 1061 |
| 2. APLICAÇÃO DO REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA NA UNIÃO ESTÁVEL..... | 1058 | | 2. CLASSIFICAÇÃO DOS ALIMENTOS | 1062 |
| + | | | 2.1. QUANTO À ORIGEM..... | 1062 |
| CAPÍTULO 12: MUTABILIDADE DOS REGIMES DE BENS..... | 1058 | | 2.2. QUANTO À NATUREZA | 1062 |
| 1. ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS | 1058 | | 2.3. QUANTO AO TEMPO..... | 1062 |

| | | | |
|--|-------------|--|-------------|
| 2.4. QUANTO À FORMA DE PAGAMENTO..... | 1062 | 4. NORMAS DE DIREITO INTERTEMPORAL..... | 1067 |
| 2.5. QUANTO AO MOMENTO PROCESSUAL PARA SUA CONCESSÃO..... | 1062 | 5. LOCAL DA ABERTURA DA SUCESSÃO..... | 1067 |
| 3. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR: LEGITIMIDADE, REQUISITOS E DINÂMICA LEGAL..... | 1062 | 6. SUCESSÃO DE ESTRANGEIROS E BENS NO EXTERIOR..... | 1067 |
| 4. ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL..... | 1063 | 7. ESPÉCIES DE SUCESSÃO..... | 1068 |
| | | 8. SUCESSÃO ANÔMALA..... | 1068 |
| | | 9. ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA..... | 1068 |
| + CAPÍTULO 17: RELAÇÕES DE PARENTESCO | 1063 | + CAPÍTULO 2: ACEITAÇÃO E RENÚNCIA..... | 1068 |
| 1. CONCEITO, MODALIDADES E DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1.591 A 1.595 DO CC)..... | 1063 | 1. ACEITAÇÃO..... | 1068 |
| 2. FILIAÇÃO (ARTS. 1.596 A 1.606 DO CC)..... | 1064 | 2. NATUREZA JURÍDICA DA ACEITAÇÃO..... | 1068 |
| 2.1. DEFINIÇÃO DE FILIAÇÃO..... | 1064 | 3. RENÚNCIA..... | 1069 |
| 2.2. PRESUNÇÕES DE PATERNIDADE..... | 1064 | 4. EXEMPLO PRÁTICO..... | 1069 |
| | | 5. RESTRIÇÕES LEGAIS AO DIREITO DE RENUNCIAR..... | 1069 |
| + CAPÍTULO 18: TUTELA E CURATELA | 1065 | 6. EFEITOS DA RENÚNCIA..... | 1069 |
| 1. NOÇÕES GERAIS..... | 1065 | 7. INEFICÁCIA E INVALIDADE DA RENÚNCIA..... | 1069 |
| 2. TUTELA..... | 1065 | + CAPÍTULO 3: SUCESSÃO LEGÍTIMA - ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA..... | 1069 |
| 2.1. OBJETIVO DA TUTELA..... | 1065 | 1. CLASSE DOS DESCENDENTES..... | 1069 |
| 2.2. FORMAS DE TUTELA..... | 1065 | 1.1. FILHOS DO FALECIDO..... | 1069 |
| 2.3. INCAPACIDADE E ESCUSA..... | 1065 | 1.2. DEMAIS DESCENDENTES..... | 1070 |
| 2.4. DEVERES E DIREITOS DO TUTOR..... | 1065 | 2. CLASSE DOS ASCENDENTES..... | 1070 |
| 2.5. RESPONSABILIDADE DO TUTOR E DO JUIZ..... | 1065 | 2.1. ORDEM DE SUCESSÃO DOS ASCENDENTES..... | 1070 |
| 2.6. PRESTAÇÃO DE CONTAS..... | 1065 | 3. CÔNJUGE/COMPANHEIRO..... | 1070 |
| 2.7. EXTINÇÃO DA TUTELA..... | 1065 | 3.1. REQUISITO DO CASAMENTO..... | 1070 |
| 3. CURATELA..... | 1066 | 3.2. SUCESSÃO DO CÔNJUGE NOS DIVERSOS REGIMES DE BENS..... | 1070 |
| 3.1. DEFINIÇÃO E OBJETIVO..... | 1066 | 3.3. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE/COMPANHEIRO..... | 1070 |
| 3.2. CATEGORIAS DE INCAPACIDADE..... | 1066 | 3.4. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO CONCORRENDO COM DESCENDENTES..... | 1071 |
| 3.3. MUDANÇAS LEGAIS..... | 1066 | 3.5. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO CONCORRENDO COM ASCENDENTES..... | 1071 |
| 3.4. PROCEDIMENTO JUDICIAL..... | 1066 | 3.5.1. PARTILHA DA HERANÇA..... | 1071 |
| 3.5. REMOÇÃO E EXONERAÇÃO DO CURADOR..... | 1066 | 4. CLASSE DOS COLATERAIS..... | 1071 |
| | | 4.1. ORDEM DE CONVOCAÇÃO DOS COLATERAIS..... | 1071 |
| + CAPÍTULO 19: DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA (ART. 1783-A E SEUS PARÁGRAFOS) | 1066 | + CAPÍTULO 4: EXCLUSÃO DA HERANÇA..... | 1072 |
| 1. NOÇÃO..... | 1066 | 1. INDIGNIDADE..... | 1072 |
| 2. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO APOIADA..... | 1066 | 2. DESERDAÇÃO..... | 1072 |
| 3. EFEITOS..... | 1066 | + CAPÍTULO 5: SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. | 1073 |
| PARTE VIII - DIREITO DAS SUCESSÕES | 1067 | 1. TESTAMENTO..... | 1073 |
| + CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES. | 1067 | 1.1. CARACTERÍSTICAS DO TESTAMENTO..... | 1073 |
| 1. NOÇÕES GERAIS..... | 1067 | | |
| 2. FORMAS DE SUCESSÃO..... | 1067 | | |
| 3. MOMENTO DA TRANSMISSÃO..... | 1067 | | |

| | | | |
|--|-------------|--|-------------|
| 1.2. CAPACIDADE PARA TESTAR..... | 1073 | 2. CAUSAS DE ANULABILIDADE DO TESTAMENTO – ART. 1.909 DO CC..... | 1078 |
| 1.2.1. MENORES DE 18 E MAIORES DE 16 ANOS..... | 1073 | | |
| 1.2.2. PRÓDIGOS..... | 1073 | | |
| 2. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS – RESPEITO À LEGÍTIMA..... | 1073 | + CAPÍTULO 10: HERANÇA JACENTE..... | 1078 |
| 2.1. ASPECTO QUANTITATIVO..... | 1073 | 1. HERDEIROS RETARDATÁRIOS..... | 1078 |
| 2.2. ASPECTOS QUALITATIVOS – NOMEAÇÃO DOS HERDEIROS..... | 1074 | 2. NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA QUE DECLARA A VACÂNCIA..... | 1078 |
| 2.2.1. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA..... | 1074 | | |
| 2.2.2. LEGITIMAÇÃO..... | 1074 | DIREITO EMPRESARIAL..... | 1079 |
| 3. FORMAS DE NOMEAÇÃO DO HERDEIRO OU LEGATÁRIO..... | 1074 | Camila Lapolli | |
| 3.1. NOMEAÇÃO PURA E SIMPLES..... | 1074 | + QUESTÕES..... | 1079 |
| 3.2. NOMEAÇÃO SOB CONDIÇÃO..... | 1075 | 1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL..... | 1079 |
| 3.3. NOMEAÇÃO PARA CERTO FIM OU MODO..... | 1075 | 2. DIREITO SOCIETÁRIO..... | 1085 |
| 3.4. NOMEAÇÃO POR CERTO MOTIVO..... | 1075 | 3. PROPRIEDADE INDUSTRIAL..... | 1101 |
| 3.5. NOMEAÇÃO REMUNERATÓRIA..... | 1075 | 4. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... | 1107 |
| 3.6. NOMEAÇÃO CONTUMELIOSA..... | 1075 | 5. TÍTULOS DE CRÉDITO..... | 1134 |
| | | 6. CONTRATOS EMPRESARIAIS..... | 1142 |
| | | 7. OUTROS TEMAS DE DIREITO EMPRESARIAL.... | 1143 |
| + CAPÍTULO 6: SUBSTITUIÇÃO TESTAMENTÁRIA..... | 1075 | + DICAS..... | 1148 |
| 1. NOÇÃO GERAL..... | 1075 | Rebeca Eckstein | |
| 2. FORMAS DE SUBSTITUIÇÃO..... | 1075 | 1. TEORIA DA EMPRESA..... | 1148 |
| 2.1. HIPÓTESE BASTANTE RESTRITA..... | 1076 | 1.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA..... | 1148 |
| 3. PROPRIEDADE RESOLÚVEL..... | 1076 | 1.1.1. FASE DAS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO..... | 1148 |
| 4. ITCMD..... | 1076 | 1.1.2. FASE DA TEORIA DOS ATOS DE COMÉRCIO..... | 1148 |
| 5. RATEIO..... | 1076 | 1.1.3. FASE DA TEORIA DA EMPRESA..... | 1148 |
| 6. DIREITO DE ACRESCEER..... | 1076 | 1.2. FONTES..... | 1148 |
| 6.1. REQUISITOS..... | 1076 | 1.3. CARACTERÍSTICAS..... | 1149 |
| | | 1.4. EMPRESÁRIO X EMPRESA..... | 1149 |
| + CAPÍTULO 7 – REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO..... | 1077 | 1.5. TEORIA DA EMPRESA E SEUS PERFIS..... | 1149 |
| 1. HIPÓTESES EM QUE A REVOGAÇÃO NÃO TERÁ EFICÁCIA – ART. 1.971 DO CC..... | 1077 | 1.6. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL..... | 1149 |
| 2. HIPÓTESES EM QUE A REVOGAÇÃO NÃO TERÁ EFICÁCIA – ART. 1.971 IN FINE DO CC.... | 1077 | 1.6.1. CARACTERIZAÇÃO..... | 1149 |
| 3. QUANTO À EXTENSÃO..... | 1077 | 1.6.2. RESPONSABILIDADE E PATRIMÔNIO..... | 1149 |
| 4. REVOGAÇÃO PRESUMIDA..... | 1077 | 1.6.3. INSCRIÇÃO..... | 1150 |
| | | 1.6.4. NOME EMPRESARIAL..... | 1150 |
| + CAPÍTULO 8: ROMPIMENTO DO TESTAMENTO..... | 1077 | 1.6.5. REGISTRO..... | 1150 |
| | | 1.6.6. CAPACIDADE..... | 1151 |
| + CAPÍTULO 9: INVALIDADE DO TESTAMENTO..... | 1077 | 1.6.7. IMPEDIMENTO..... | 1152 |
| 1. CAUSAS DE NULIDADE DO TESTAMENTO – ART. 1.662 DO CC..... | 1077 | 1.7. PROFISSIONAL INTELECTUAL..... | 1152 |
| | | 1.8. EMPRESÁRIO RURAL..... | 1153 |
| | | 1.9. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL CASADO..... | 1154 |
| | | 2. TEORIA GERAL DO DIREITO SOCIETÁRIO..... | 1154 |
| | | 2.1. CONCEITO DE SOCIEDADE..... | 1154 |

| | | | | | |
|--------|--|------|--------|--|------|
| 2.1.1. | PLURALIDADE DE SÓCIOS – DOIS OU MAIS SÓCIOS..... | 1154 | 2.13. | SOCIEDADES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO..... | 1194 |
| 2.1.2. | CONTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS... | 1154 | 3. | ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL..... | 1194 |
| 2.1.3. | PARTILHA DOS RESULTADOS.... | 1154 | 4. | TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITOS | 1196 |
| 2.1.4. | AFFECTIO SOCIETATIS (IMPLÍCITO)..... | 1155 | 4.1. | CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO | 1197 |
| 2.2. | PERSONALIZAÇÃO DA SOCIEDADE..... | 1155 | 4.1.1. | QUANTO À ESTRUTURA | 1197 |
| 2.3. | DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA | 1155 | 4.1.2. | QUANTO À FORMA DE CIRCULAÇÃO..... | 1197 |
| 2.3.1. | TEORIAS..... | 1156 | 4.1.3. | QUANTO À HIPÓTESE DE EMISSÃO..... | 1197 |
| 2.3.2. | ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA..... | 1158 | 4.1.4. | QUANTO AO MODELO..... | 1197 |
| 2.4. | CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES | 1159 | 4.2. | PRINCÍPIOS GERAIS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO: CARTULARIDADE, LITERALIDADE, AUTONOMIA E ABSTRAÇÃO | 1197 |
| 2.4.1. | QUANTO À NATUREZA DAS SOCIEDADES: SIMPLES OU EMPRESÁRIAS | 1159 | 4.2.1. | PRINCÍPIO DA CARTULARIDADE (INCORPORAÇÃO)..... | 1197 |
| 2.4.2. | QUANTO AO TIPO SOCIETÁRIO | 1159 | 4.2.2. | PRINCÍPIO DA LITERALIDADE... | 1198 |
| 2.4.3. | QUANTO À PERSONALIDADE JURÍDICA..... | 1159 | 4.2.3. | PRINCÍPIO DO FORMALISMO ... | 1198 |
| 2.4.4. | QUANTO AO ATO CONSTITUTIVO..... | 1159 | 4.2.4. | PRINCÍPIO DA AUTONOMIA..... | 1198 |
| 2.4.5. | QUANTO AO VÍNCULO..... | 1160 | 4.3. | SAQUE, ACEITE, AVAL, ENDOSSO | 1199 |
| 2.4.6. | QUANTO À RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS | 1160 | 4.3.1. | SAQUE..... | 1199 |
| 2.4.7. | QUANTO À NACIONALIDADE... | 1160 | 4.3.2. | ACEITE..... | 1199 |
| 2.5. | SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS | 1160 | 4.3.3. | AVAL..... | 1200 |
| 2.5.1. | SOCIEDADE COMUM..... | 1160 | 4.3.4. | ENDOSSO..... | 1202 |
| 2.5.2. | SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO | 1161 | 4.4. | PROTESTO | 1204 |
| 2.6. | SOCIEDADES PERSONIFICADAS..... | 1162 | 4.5. | AÇÕES CAMBIAIS..... | 1205 |
| 2.6.1. | SOCIEDADE SIMPLES | 1162 | 5. | CONTRATOS EMPRESARIAIS..... | 1206 |
| 2.6.2. | SOCIEDADE EM NOME COLLETIVO..... | 1167 | 5.1. | INTERVENÇÃO MÍNIMA | 1206 |
| 2.6.3. | SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES..... | 1168 | 5.2. | COMPRA E VENDA MERCANTIL | 1207 |
| 2.6.4. | SOCIEDADE LIMITADA..... | 1168 | 5.3. | COMISSÃO | 1207 |
| 2.6.5. | SOCIEDADE ANÔNIMA..... | 1176 | 5.4. | FATURIZAÇÃO (FACTORING)..... | 1208 |
| 2.7. | SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES..... | 1191 | 6. | NOÇÕES GERAIS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL..... | 1209 |
| 2.8. | SOCIEDADE COOPERADA | 1191 | 6.1. | APLICAÇÃO E EXCLUÍDOS DA LEI 11.101/05..... | 1209 |
| 2.9. | SOCIEDADES COLIGADAS..... | 1192 | 6.2. | JUÍZO COMPETENTE..... | 1210 |
| 2.10. | SUBSIDIÁRIA INTEGRAL | 1192 | 6.3. | ÓRGÃOS AUXILIARES DO JUÍZO..... | 1210 |
| 2.11. | GRUPO SOCIETÁRIO E CONSÓRCIO | 1192 | 6.3.1. | ADMINISTRADOR JUDICIAL..... | 1210 |
| 2.12. | MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES) | 1193 | 6.3.2. | COMITÊ DE CREDORES..... | 1211 |
| | | | 6.3.3. | ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES..... | 1211 |
| | | | 6.4. | RECUPERAÇÃO JUDICIAL ORDINÁRIA... | 1213 |
| | | | 6.4.1. | DECISÃO DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... | 1213 |
| | | | 6.4.2. | CRONOGRAMA DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE | |

| | |
|---|------|
| RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS | 1215 |
| 6.4.3. FASE EXECUTIVA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL | 1217 |
| 6.5. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL | 1217 |
| 6.6. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL | 1218 |
| 7. FALÊNCIA | 1219 |
| 7.1. CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA..... | 1219 |
| 7.2. UNIDADE, UNIVERSALIDADE E INDIVISIBILIDADE DO JUÍZO CONCURSAL.... | 1219 |
| 7.3. PRESSUPOSTOS, ÓRGÃOS, CARACTERIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA | 1219 |
| 7.4. INABILITAÇÃO DO FALIDO | 1222 |
| 7.5. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO..... | 1222 |
| 7.6. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DOS ATOS.. | 1223 |
| 7.7. REALIZAÇÃO DO ATIVO | 1224 |
| 7.8. CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTOS DOS CREDORES | 1224 |
| 7.9. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO | 1225 |
| 8. NOÇÕES GERAIS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E PROPRIEDADE INDUSTRIAL | 1226 |
| 8.1. PROPRIEDADE INDUSTRIAL | 1226 |
| 8.2. INVENÇÃO E MODELO DE UTILIDADE.... | 1227 |
| 8.2.1. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA PATENTE | 1227 |
| 8.2.2. DA CESSÃO E LICENÇA DA PATENTE DE INVENÇÃO E MODELO DE UTILIDADE | 1227 |
| 8.2.3. EXTINÇÃO E NULIDADE DA PATENTE DE INVENÇÃO E MODELO DE UTILIDADE | 1228 |
| 8.3. DESENHO INDUSTRIAL..... | 1228 |
| 8.3.1. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO REGISTRO DO DESENHO INDUSTRIAL | 1228 |
| 8.4. MARCA..... | 1229 |
| 8.4.1. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS MARCAS | 1230 |
| 8.5. DIREITO AUTORAL..... | 1232 |
| 9. MUDANÇAS TRAZIDAS PELA LEI N. 14.195/2021..... | 1234 |
| 9.1. CRIAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS..... | 1234 |
| 9.2. CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL E EXTINÇÃO DA EIRELI..... | 1234 |

DIREITO PENAL..... 1235

Michael Procopio Avelar

| | |
|--|------|
| + QUESTÕES | 1235 |
| 1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, FINALIDADE E PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL. (DES)CRIMINALIZAÇÃO E (DES)PENALIZAÇÃO. DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA. DIREITO PENAL E OUTROS RAMOS DO DIREITO | 1235 |
| 2. A CONSTITUIÇÃO PENAL. PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFLUENTES EM MATÉRIA PENAL. NORMAS PENAS CONSTITUCIONALIZADAS. MANDAMENTOS DE PENALIZAÇÃO | 1236 |
| 3. A NORMA PENAL. CARACTERÍSTICAS, FONTES, INTERPRETAÇÃO, VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; DO TEMPO E DO LUGAR DO CRIME. LIMITES DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS..... | 1238 |
| 4. TEORIA GERAL DO CRIME. CONCEITO, OBJETO, SUJEITOS, CONDUTA. CRIMES DE DANO E DE PERIGO. CRIMES MATERIAIS, FORMAIS E DE MERA CONDUTA..... | 1240 |
| 5. TIPICIDADE OBJETIVA. AÇÃO, RESULTADO E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA. DA RELEVÂNCIA PENAL DA OMISSÃO | 1242 |
| 6. TIPICIDADE SUBJETIVA. CRIME DOLOSO E CRIME CULPOSO. ERRO SOBRE ELEMENTOS DO TIPO. CRIME AGRAVADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDOLOSO | 1243 |
| 7. ITER CRIMINIS. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. CRIME IMPOSSÍVEL. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR..... | 1246 |
| 8. ANTIJURIDICIDADE. LEGÍTIMA DEFESA E DO EXCESSO. ESTADO DE NECESSIDADE. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO | 1249 |
| 9. CULPABILIDADE. FUNDAMENTOS; CONCEITO; ELEMENTOS E CONTEÚDO. CULPABILIDADE E PENA. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE. ERRO DE PROIBIÇÃO. DESCRIMINANTES PUTATIVAS..... | 1249 |
| 10. IMPUTABILIDADE PENAL. INIMPUTÁVEIS E SEMI-IMPUTÁVEIS. MENORIDADE PENAL. EMOÇÃO E PAIXÃO. EMBRIAGUEZ..... | 1250 |
| 11. CONCURSO DE AGENTES. AUTORIA E DA PARTICIPAÇÃO. TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO | 1251 |

| | | | |
|---|-------------|--|------|
| 12. DAS PENAS. TEORIA DA PENA. COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PENAS E DOS SUBSTITUTIVOS PENAIIS. CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO. CONCURSO APARENTE DE NORMAS. ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO..... | 1253 | CONSTITUCIONALIZADAS. MANDAMENTOS DE PENALIZAÇÃO | 1291 |
| 13. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. DO CONFISCO ALARGADO DE BENS..... | 1266 | 3. A NORMA PENAL. CARACTERÍSTICAS, FONTES, INTERPRETAÇÃO, VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; DO TEMPO E DO LUGAR DO CRIME. LIMITES DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS | 1292 |
| 14. DA REABILITAÇÃO..... | 1266 | 4. TEORIA GERAL DO CRIME. CONCEITO, OBJETO, SUJEITOS, CONDUTA. CRIMES DE DANO E DE PERIGO. CRIMES MATERIAIS, FORMAIS E DE MERA CONDUTA..... | 1293 |
| 15. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA..... | 1267 | 5. TIPICIDADE OBJETIVA. AÇÃO, RESULTADO E RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA. DA RELEVÂNCIA PENAL DA OMISSÃO | 1294 |
| 16. DA AÇÃO PENAL. TIPOS DE AÇÃO PENAL. TITULARIDADE E LEGITIMIDADE. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO..... | 1267 | 6. TIPICIDADE SUBJETIVA. CRIME DOLOSO E CRIME CULPOSO. ERRO SOBRE ELEMENTOS DO TIPO. CRIME AGRAVADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDOLOSO | 1295 |
| 17. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE | 1268 | 7. <i>ITER CRIMINIS</i> . CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. CRIME IMPOSSÍVEL. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR..... | 1296 |
| 18. DIREITO PENAL ECONÔMICO. BEM JURÍDICO SUPRAINDIVIDUAL. RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS..... | 1270 | 8. ANTIJURIDICIDADE. LEGÍTIMA DEFESA E DO EXCESSO. ESTADO DE NECESSIDADE. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO | 1297 |
| 19. A APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR. CÓDIGO PENAL MILITAR (ART. 9º)..... | 1271 | 9. CULPABILIDADE. FUNDAMENTOS; CONCEITO; ELEMENTOS E CONTEÚDO. CULPABILIDADE E PENA. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE. ERRO DE PROIBIÇÃO. DESCRIMINANTES PUTATIVAS..... | 1298 |
| 20. TRATADOS E CONVENÇÕES EM MATÉRIA CRIMINAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO | 1272 | 10. IMPUTABILIDADE PENAL. INIMPUTÁVEIS E SEMI-IMPUTÁVEIS. MENORIDADE PENAL. EMOÇÃO E PAIXÃO. EMBRIAGUEZ..... | 1299 |
| 21. DOS CRIMES EM ESPÉCIE. DOS CRIMES PREVISTOS NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA; DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO; DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO; DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL; DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA; DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. CRIMES PREVISTOS NAS LEIS NS. 7.716/89, 12.288/2010 E 13.869/ 2019..... | 1273 | 11. CONCURSO DE AGENTES. AUTORIA E DA PARTICIPAÇÃO. TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO | 1299 |
| + DICAS | 1289 | 12. DAS PENAS. TEORIA DA PENA. COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PENAS E DOS SUBSTITUTIVOS PENAIIS. CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO. CONCURSO APARENTE DE NORMAS. ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO | 1301 |
| 1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, FINALIDADE E PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL. (DES)CRIMINALIZAÇÃO E (DES)PENALIZAÇÃO. DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA. DIREITO PENAL E OUTROS RAMOS DO DIREITO | 1289 | 13. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. DO CONFISCO ALARGADO DE BENS..... | 1304 |
| 2. A CONSTITUIÇÃO PENAL. PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFLUENTES EM MATÉRIA PENAL. NORMAS PENAIIS | | 14. DA REABILITAÇÃO | 1305 |
| | | 15. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA..... | 1305 |
| | | 16. DA AÇÃO PENAL. TIPOS DE AÇÃO PENAL. TITULARIDADE E LEGITIMIDADE. ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO | 1306 |
| | | 17. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE | 1307 |

| | |
|--|------|
| 18. DIREITO PENAL ECONÔMICO. BEM JURÍDICO SUPRAINDIVIDUAL. RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS..... | 1310 |
| 19. A APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR. CÓDIGO PENAL MILITAR (ART. 9º)..... | 1311 |
| 20. TRATADOS E CONVENÇÕES EM MATÉRIA CRIMINAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL. A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO..... | 1311 |
| 21. DOS CRIMES EM ESPÉCIE. DOS CRIMES PREVISTOS NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA; DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO; DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO; DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL; DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA; DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. CRIMES PREVISTOS NAS LEIS NS. 7.716/89, 12.288/2010 E 13.869/2019..... | 1312 |